



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
COLEGIADO DE HISTÓRIA**

**DIEGO FREITAS LEITE DE ALMEIDA**

**LÁ VEM O CAPELÃO: A REPRESENTAÇÃO DO CAPELÃO EDMUNDO JUSKEVICS  
NA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA**

Feira de Santana

2018

DIEGO FREITAS LEITE DE ALMEIDA

**LÁ VEM O CAPELÃO: A REPRESENTAÇÃO DO CAPELÃO EDMUNDO JUSKEVICS  
NA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Eurelino Teixeira Coelho Neto

Feira de Santana

2018

**DIEGO FREITAS LEITE DE ALMEIDA**

**LÁ VEM O CAPELÃO: A REPRESENTAÇÃO DO CAPELÃO EDMUNDO  
JUSKEVICS NA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em História.

Aprovado em 25 de julho de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Eurelino Teixeira Coelho Neto (Orientador)  
Universidade Estadual de Feira de Santana

---

Prof. Dr. Clóvis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira  
Universidade Estadual de Feira de Santana

---

Prof. Ms. Darliton Sena Paranhos  
Mestre pela Universidade Estadual de Feira de Santana

*À meu avô Zaza, quem primeiro me apresentou o Capelão.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Senhor por ter me conduzido até aqui e permitir que conseguisse concluir essa etapa de minha vida. A Ele dedico este trabalho, juntamente com o conhecimento adquirido no decorrer do curso e que sejam dadas toda honra e glória ao seu Nome.

Agradeço aos meus familiares, em especial aos meus pais, Gilberto e Rose, que em todo tempo tem me apoiado (e cobrado) para que desse o melhor de mim, e na fase final deste trabalho me sustentaram com orações e paciência (quando já não aguentava mais). Agradeço também aos meus avós paternos e maternos, em especial Zaza e Carlota, que diariamente me amam e ensinam (com seu jeito característico e particular).

Aos meus irmãos da CIC, meu muito obrigado! pelas diversas orações e palavras de incentivo. À Rafa e Nai e Davi e Roxi, meus mais sinceros agradecimentos por toda a força (e puxões de orelha) durante a feitura desta monografia. Vocês não imaginam o quanto ajudaram. Na UEFS, agradeço imensamente aos colegas e amigos que fiz na BCJC (local de muitas alegrias), em especial, meu muito obrigado à Maria do Carmo, por toda e Compreensão e apoio e à querida “galera da noite”, com quem tive o prazer de amadurecer e me divertir enquanto trabalhávamos. Agradeço às pessoas de Amanda - que se tornou uma grande amiga e com quem ria por horas à fio de inúmeras “resenhas” - e Luiz Ricardo, que, almejando meu crescimento, sempre me aperreava procurando saber se havia terminado e que contribuiu demais com a normalização e correção deste TCC. Agradeço também ao professor Clédson Ponce, que quase como um segundo pai, foi um grande incentivador e contribuinte deste trabalho.

Aos diversos amigos que fiz no Curso, em especial Martinha (que se tornou uma preciosa amiga e incentivadora); Carol e Marcos (saudades de vocês); Rodolfo; Marcelão e “por último”, Rol e Pedrinho, grandes amigos, em especial este último, que tem exercido precocemente seu dom, ao ter ouvido por diversas vezes minhas queixas e choros madrugada a dentro. Ao pessoal do PPGM, pessoas que conheço a pouco tempo, mas que de modo singular já me marcam. Em especial, gostaria de agradecer imensamente aos meus chefes, nas figuras dos Professores Washington e Jocimara, que acreditaram em mim e, de uma forma indireta, foram grandes responsáveis pela finalização desta monografia, meu muito obrigado.

Como não poderia deixar de ser, meus mais singelos agradecimentos a meu orientador, Professor Coelho, que, com bastante paciência, deu contribuições pontuais e extremamente necessárias. Obrigado pela força! E a todos os demais que, de alguma forma, somaram esforços na construção dessa monografia. Isso não seria nada sem a contribuição de vocês.

## RESUMO

O objetivo desta monografia é inventariar as diversas representações que foram produzidas a respeito do Capelão Edmundo Juskevics, quando em sua atuação na cidade de Feira de Santana. Inicialmente analisou-se parte da produção historiográfica sobre a Ditadura civil-militar no Brasil, que não é de todo homogênea. Adotou-se a visão de René Dreifuss, de que o ocorrido foi uma grande conspiração de cunho civil-militar em torno de interesses político-econômicos e influenciado pela conjuntura internacional da Guerra Fria e do anticomunismo. Feira de Santana, no estado da Bahia, vivia nesse momento, majoritariamente, um contexto de disputas políticas, em que se destacaram iniciativas de partidários da UDN local que ansiavam retornar ao poder municipal, perdido para o então prefeito Francisco Pinto (PSD). Percebeu-se que, deflagrado o golpe, o que se seguiu foi um quadro de prisões e perseguições a pessoas com posições conhecidas contra o novo regime, e na cidade tal prática foi perpetrada com participação incisiva do Capelão Juskevics. As ações do capelão tornaram-no objeto de diversas representações, sobretudo associadas a um imaginário de terror. Tendo como base o conceito de representação de Chartier, foi apresentada uma série de leituras sobre o mesmo, presentes no romance “O Bicho que Chegou a Feira”; em trabalhos acadêmicos que citam a atuação de Juskevics na cidade e conjuntos de relatos, orais e documentais, precedidos por uma apresentação da trajetória do personagem. Constatou-se que as diversas representações sobre o Capelão, embora não sejam de todo homogêneas, giram em torno da repressão a militantes estudantis e políticos, ficando evidente que, em nome da moral e contra a “ameaça” do comunismo, de fato Juskevics é lembrado como autor ou responsável por diversas atrocidades e/ou crimes de tortura nos dois anos que permaneceu em Feira de Santana.

**Palavras-chave:** Ditadura Civil-Militar. Feira de Santana-BA (1964-1966). Repressão. Representação.

## ABSTRACT

The purpose of this monography is to do an inventory about the many representations that were made about Chaplain Edmundo Juskevics, when in work in the city of Feira de Santana. First there is an analyzis of part of the historiographic production about the civil-military dictatorship on Brazil, which is not entirely homogeneous. For this work it was adopted the vision of René Dreifuss, that the fact was a great civil-military conspiracy around political and economical interests and influenced by the international conjuncture of Cold War and anti-communism. Feira de Santana, in the state of Bahia, was, mostly, by this moment, in a context of political disputes, with highlights to initiatives of local UDN supporters who desired the return to municipal power, lost to the mayor at the time, Francisco Pinto (PSD). It was noticed that, after the coup was deflagrated, what came was a scenery of prisons and persecutions to people with known position against the new organization, and in the town this practice was perpetrated with incisive participation of Chaplain Juskevics. The actions of the chaplain made him object of many representations, mainly associated to an imaginary terror. Based on the concept of representation by Chartier, it was presented a series of readings on him, contained in the novel "O Bicho que Chegou a Feira" ("The Beast that came to Feira"); in academic works that mention Juskevics' acting in the city and in some reports, oral and documented, preceded by an introduction of the character history. It became clear that the miscellaneous representations regarding the Chaplain, although not homogeneous, revolve around the repression of student and political activists, being evident that, in the name of moral and against the "threatening" of communism, Juskevics is indeed remembered as the author or responsible for many atrocities and/or torture crimes during the two years that he spent in Feira de Santana.

**Keywords:** Civil-military Dictatorship. Feira de Santana-BA (1964-1966). Repression. Representation.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFES	Associação dos Estudantes Secundaristas de Feira de Santana
AI	Atos Institucionais
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CAMDE	Campanha da Mulher pela Democracia
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEV-BA	Comissão Estadual da Verdade da Bahia
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ESG	Escola Superior de Guerra
ESN	Estado de Segurança Nacional
EUA	Estados Unidos da América
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PM	Polícia Militar
PM-BA	Polícia Militar da Bahia
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUG	Pontifícia Universidade Gregoriana
SISNI	Sistema Nacional de Segurança e Informações
SNI	Sistema Nacional de Informações
UCSAL	Universidade Católica do Salvador
UDN	União Democrática Nacional
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	10
<b>CAPÍTULO 1: UMA BREVE ANÁLISE DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL</b>	14
1.1 O Mundo Bipartido: Guerra Fria e contextualização da segunda metade do Século XX	14
1.1.1 Eis que surge o “Período Sombrio”: a implantação da Ditadura no Brasil	17
1.2 50 anos depois: uma breve análise sobre a produção acerca do Golpe	29
1.3 Um conciso olhar sobre a Bahia: o Golpe de 1964 no Estado	34
1.4 “O bicho espreita”: a Ditadura civil-militar na cidade de Feira de Santana	36
<b>CAPÍTULO 2: LÁ VEM A “JIPA”: AS DIFERENTES REPRESENTAÇÕES DA ATUAÇÃO DO CAPELÃO NA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA</b>	42
2.1 “O bicho que veio da Europa”: uma breve trajetória do capelão	42
2.2 “Jesus-Maria-José”: o Capelão sob a ótica de Muniz Sodré em “O bicho que chegou a Feira”	46
2.3 O capelão visto pela historiografia	49
2.4 Lá vem a “Jipa”: as representações sobre a repressão de “Edmundo-Capelão” em Feira de Santana	53
<b>CONCLUSÃO</b>	66
<b>REFERÊNCIAS</b>	68
<b>FONTES CONSULTADAS</b>	73

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve sua gênese ligada à curiosidade de um jovem estudante de História, sentado à mesa (com uma boa xícara de café em mãos) atento à narrativa de uma antiga Feira de Santana e as histórias de um Capelão que por aqui passou, explanadas por um idoso senhor.

A discussão pauta-se no período inicial da Ditadura civil-militar brasileira em Feira de Santana e o quadro de perseguições e repressões desencadeado sobretudo contra militantes políticos e/ou contrários ao novo regime. Nos primeiros dois anos após o golpe, essas práticas seriam executadas, em grande parte, com participação de um Oficial da Polícia Militar da Bahia: Edmundo Juskevics, o Capelão. Por tal atuação, ele seria alvo de diversas e múltiplas representações, sobretudo como uma personificação do terror.

Visando tal questão, objetivamos inventariar e organizar as diversas representações sobre o Capelão na “Princesa do Sertão”. Desse modo, deve-se perceber o caráter dessas representações e se, portanto, Juskevics foi lembrado e representado da mesma forma por todos que o conheceram. Através disto, de forma secundária, este trabalho almeja minimamente contribuir na apresentação e compreensão das diversas violações e, por conseguinte, da própria natureza da Ditadura que se instaurava em abril de 1964.

A metodologia aplicada está inserida no viés da História Cultural, particularmente no conceito de representação formulado pelo historiador francês Roger Chartier<sup>1</sup>, porém, antes de se analisar esse conceito, faz-se necessária a justificativa da escolha dessa linha de pesquisa. Para o presente escopo, a noção (ou ‘produção’) de cultura deve ser compreendida como um ato natural e inerente ao ser humano, pois, como coloca José Barros, “[...] toda a vida cotidiana está inquestionavelmente mergulhada no mundo da Cultura. Ao existir qualquer indivíduo já está automaticamente produzindo cultura [...]”<sup>2</sup> Nessa visão ampliada, a própria ação de comunicação e a (re) produção de memórias derivadas de vivências podem ser então tomadas como produção de cultura.

Ao pensar uma história cultural do social, muito mais do que uma história (puramente) da cultura, Chartier buscou conceber a relação entre as noções de “representações” e “práticas”

---

<sup>1</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

<sup>2</sup> BARROS, Jose D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 57.

culturais. Esses conceitos podem ser definidos como percepções sociais ou individuais do mundo, ou, os modos de se pensar e ler a realidade em que está inserido (representação); e, por conseguinte, essas representações geram posturas ou “práticas” do indivíduo para com outros ou com o mundo ao seu redor. Nesse sentido,

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam [...] [sendo assim] não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas [...].<sup>3</sup>

Por conta disso, essas duas noções assumem uma característica de “inter-relação”, pois, toda representação surge de práticas e as práticas, por sua vez, podem conduzir representações sobre determinado aspecto ou sujeito.

José Barros, ao discutir a teoria de Chartier, simplificou essas noções como “modos de ver” (representações) e “modos de fazer” (práticas culturais)<sup>4</sup> e buscou exemplificar esses conceitos ao citar um caso de representação e prática cultural em torno da figura do “mendigo”, em meados do medievo europeu. Segundo o autor, entre os séculos XI e XIII,

Toda comunidade, cidade ou mosteiro queria ter os seus mendigos, pois eles eram vistos como laços entre o céu e a terra – instrumentos através dos quais os ricos poderiam exercer a caridade para expiar os seus pecados. Esta visão do pobre como ‘instrumento de salvação para o rico’, antecipamos desde já, é uma ‘representação cultural’. A postura medieval em relação aos mendigos gerava ‘práticas’, mais especificamente costumes e modos de convivência. [...] Estas ‘representações’ medievais do pobre, com seus sutis deslocamentos, são complementares a inúmeras ‘práticas’. Desenvolvem-se as instituições hospitalares, os projetos de educação para os pobres, as caridades paroquiais [...].<sup>5</sup>

Esses conceitos que se misturam são, portanto, encarados em um aspecto ‘macro’ da cultura social, ao se pensar os modos de se portar e agir em uma dada sociedade. No entanto, essas representações e práticas podem ou não ser coletivas, podendo ser derivações da subjetividade de um sujeito ou um grupo, que produzirá ou reproduzirá cultura. Para fins dessa pesquisa, deve-se atentar para o caráter da relação de ‘mutualismo’ entre práticas e representações (e vice-versa) e a parcialidade das representações do social percebidas por Chartier, pois, deve-se ter em mente que as representações formuladas por indivíduos podem

---

<sup>3</sup> CHARTIER, 1988, p. 17.

<sup>4</sup> BARROS, 2013, p. 76.

<sup>5</sup> Ibid., p. 77-78.

estar sujeitas à influência dos locais ou grupos de pertença em que estes sujeitos estejam inseridos.

Tendo em vista responder aos objetivos propostos, o trabalho está dividido em dois capítulos. No primeiro, cujo título é “Uma breve observação acerca da ditadura civil-militar no Brasil”, através de quatro tópicos, intenta-se realizar uma contextualização e revisão do debate acerca dos fatores e causas da ditadura civil-militar brasileira. No primeiro tópico, discute-se a conjuntura internacional em que estava inserido o Brasil da década de 1960: a Guerra Fria e o sentimento de anticomunismo, neste primeiro momento, discute-se ainda, com especial atenção, todo o quadro que acarretou na deposição do Presidente João Goulart e implantação da ditadura de fato, tomando como referencial a obra de René Dreifuss. No tópico subsequente, faz-se um levantamento da produção historiográfica sobre o golpe, com intenção de rebater as críticas feitas à pesquisa de Dreifuss. Nos dois últimos tópicos, discute-se a ditadura em um nível mais local: na cidade de Salvador e Feira de Santana, neste último, buscando observar os conflitos políticos locais e sua articulação com o golpe e a ditadura, em especial, no processo de deposição do então prefeito Francisco Pinto.

No segundo capítulo, a intenção central foi buscar responder aos questionamentos e objetivos propostos para este trabalho, acerca da apresentação das representações sobre o Capelão. Para tanto, desenvolveu-se (novamente) quatro tópicos, onde faz-se uma breve explanação de quem foi o sujeito e a apresentação do que já foi produzido até o momento sobre ele, já que foi o repressor na cidade. O último tópico propõe-se a responder aos questionamentos da pesquisa, fazendo uso das fontes, sobretudo do relatório da comissão estadual da Verdade.

Entre as fontes utilizadas para a feitura deste trabalho monográfico estão uma série de tiragens do Jornal Folha do Norte, datadas dos meses de abril e junho de 1964 e que serviram ao propósito principal de contextualizar a ditadura em Feira de Santana; uma reportagem extraída do jornal Noite & Dia sobre o Capelão e que contém dados sobre Juskevics fornecidos por um indivíduo que serviu conjuntamente com ele; a obra literária do escritor Muniz Sodré, que, de forma romaneada, narrou e representou o Capelão e sua atuação na cidade; um documentário que aborda a temática da Ditadura em Feira de Santana e apresenta uma série de relatos de sujeitos que viveram o período e conheceram Juskevics; além de um conjunto de três entrevistas orais de sujeitos que conheceram Juskevics e por fim, o supracitado relatório da Comissão Estadual da Verdade, que se constituiu na fonte primária deste trabalho e agrega uma série de depoimentos de sujeitos que, de uma forma geral, sofreram com a atuação repressora

do Capelão na cidade. Utiliza-se também uma fotografia, que busca retratar uma das representações que serão abordadas e uma série de fichas microfilmadas que apresentam dados sobre a vida e carreira de Juskevics na Polícia Militar.

## **CAPÍTULO 1- UMA BREVE ANÁLISE DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL**

Durante 21 anos (1964-1985) a história do Brasil foi marcada pela ruptura ou transgressão de um modelo presidencial democrático para a implantação de uma ditadura de cunho civil-militar, que recorreu a métodos de violência de Estado para a perpetuação deste regime durante as duas décadas referidas.

O presente capítulo tem por objetivo fazer uma breve análise da bibliografia existente sobre a instauração do golpe, a níveis nacional e local, através da apresentação da instauração da Ditadura nas cidades de Salvador e, principalmente, Feira de Santana. É importante frisar, no entanto, que não conseguiremos dar conta de revisar toda a gama de obras escritas sobre a temática, detendo-nos, portanto, a uma pequena parcela de obras que julgamos mais pertinentes para a pesquisa.

Para desencadear as discussões acerca do golpe no Brasil, faz-se, contudo, indispensável uma breve explanação relativa ao contexto ou conjuntura internacional que marcou boa parte do século XX: a Guerra Fria.

### 1.1- O mundo bipartido: Guerra Fria e contextualização da segunda metade do Século XX

O conflito que marcou a segunda metade do século XX acabou por “dividir” o mundo em dois grandes blocos (Capitalismo e Socialismo). De acordo com Eric Hobsbawm, em seu livro *A Era dos Extremos*,

[...] A Guerra Fria entre EUA e URSS, que dominou o cenário internacional na segunda metade do Breve Século XX, foi sem dúvida um desses períodos. Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar à qualquer momento, e devastar a humanidade [...] A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> HOBBSAWM, E. J. **Era dos extremos**: o breve século XX 1914-1991. 2. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1996. p. 224.

Portanto, percebe-se que esta guerra peculiar foi caracterizada pelo envolvimento ou confronto indireto dos dois blocos (EUA X URSS), por conta de um enorme receio de um embate envolvendo armas nucleares. Ainda com relação à contextualização deste conflito, Hobsbawm afirmou que:

[...] a Guerra Fria baseava-se numa crença ocidental, retrospectivamente absurda, mas bastante natural após a Segunda Guerra Mundial, de que a Era da Catástrofe não chegara de modo algum ao fim; de que o futuro do capitalismo mundial e da sociedade liberal não estava de modo algum assegurado.<sup>7</sup>

Tal visão é amparada no fato de que no pós-Segunda Guerra Mundial, grande parte dos países europeus saíram do conflito com a economia e territórios arrasados, ocasionando assim, para Hobsbawm, uma visão análoga por parte dos estadunidenses, “[...] com o que ocorrera após a Primeira Guerra Mundial [...]”<sup>8</sup>, portanto, para o autor, esperava-se por uma nova ‘Grande Depressão’, como a de 1929. No entanto, o autor inglês acrescenta que, paralelamente a este receio de uma nova crise econômica, os americanos temiam o crescimento de ideais socialistas em uma Europa em ruínas. O autor atribuiu a real causa da Guerra Fria não ao medo bilateral de confronto entre os dois blocos (Capitalismo X Socialismo), mas ao anticomunismo, que tomou forma principalmente nas Américas, assumindo um “tom apocalíptico”<sup>9</sup>.

Esta é, portanto, a conjuntura que define o contexto global, marcada ainda pelo papel de influência das duas ‘superpotências’ nos conflitos nos continentes asiático e africano<sup>10</sup> e pela Doutrina Truman. Contudo, é no início da década de 1960, com a Revolução Cubana (1959) e com a chamada “crise dos mísseis em Cuba”, que os Estados Unidos repensaram sua política no continente sul-americano, acirrando a vigilância e o anticomunismo no continente. Acerca da “crise dos mísseis”, Hobsbawm reconheceu que: “[...] por alguns dias deixou o mundo à beira de uma guerra desnecessária [...]”<sup>11</sup> Sobre este episódio, segundo Burlatsky citado por Hobsbawm, “o líder soviético Nikita S. Krushev decidiu colocar mísseis soviéticos em Cuba, para contrabalancear os mísseis americanos já instalados do outro lado da fronteira soviética

---

<sup>7</sup> Ibid., p. 228.

<sup>8</sup> Ibid., p. 228.

<sup>9</sup> Ibid., p. 234.

<sup>10</sup> Para uma melhor compreensão deste fenômeno, ver capítulo 12, intitulado “O Terceiro Mundo” de HOBSBAWM (1996, p. 337-363).

<sup>11</sup> HOBSBAWM, op. cit., p. 227.

com a Turquia.”<sup>12</sup> Tal ação, resultou na retirada dos mísseis americanos da Turquia e em uma grave aflição mundial, antevendo uma guerra nuclear.

Dentro desta conjuntura, os Estados Unidos colocaram em ação, em 1961, um projeto de ‘ajuda econômica’ a países da América Latina, dentre eles o Brasil, chamado de “Aliança para o Progresso” que visava na prática a sujeição e dependência destas nações ao bloco capitalista, frente ao comunismo e contexto da Guerra Fria<sup>13</sup>. No caso específico do Brasil, a “Aliança para o Progresso” “[...] entraria em um período de maior operacionalidade, que se consolidaria sobretudo após o golpe de 64”<sup>14</sup>, através de uma série de empréstimos, dentre eles US\$ 150 milhões em dezembro de 1964<sup>15</sup>, evidenciando assim os interesses hegemônicos por trás do programa.

No tocante à tentativa de controle e influência da América Latina, perpetrada pelos Estados Unidos, duas questões mostram-se ainda fundamentais: A Doutrina de Segurança Nacional e a Operação Condor. Referente ao primeiro ponto, a Doutrina de Segurança Nacional revelou-se, na prática, como uma importante arma ideológica através da “não diferenciação entre violência preventiva e violência repressiva”<sup>16</sup>, apoiando-se na ideia do “inimigo interno”. A Operação Condor, foi uma articulação entre as Ditaduras no continente sul-americano, em especial as Ditaduras brasileira, chilena, uruguaia e argentina e que na prática foi a aplicação deste conceito de “Doutrina de Segurança Nacional” em uma escala ‘macro’, ou melhor, continental. Para melhor explicar tal questão, podemos citar Ananda Fernandes, que salientou que:

Na concepção dessa doutrina [de Segurança Nacional], não há distinção entre política externa e política interna. Esta compreensão nos ajuda a entender outro elemento crucial presente na Doutrina de Segurança Nacional: as ‘fronteiras ideológicas’. O ‘inimigo interno’ pode estar localizado em outro país (exilado, escondido), assim como o ‘inimigo interno’ de outra Nação também precisa ser combatido não somente pelo país que o abriga. Este é o fundamento da criação da Operação Condor.<sup>17</sup>

<sup>12</sup> BURLATSKY apud HOBSBAWM, 1996, p. 227.

<sup>13</sup> FICO, Carlos. **O grande irmão**: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 28.

<sup>14</sup> Ibid., p. 29.

<sup>15</sup> Ibid., p. 145.

<sup>16</sup> FERNANDES, Ananda Simões. A coordenação repressiva entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). In: \_\_\_\_\_. PADRÓS, Enrique Serra (Org.). **Cone Sul em tempos de Ditadura**: reflexões e debates sobre a história recente. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p. 180.

<sup>17</sup> Ibid., p. 180.



Importante frisar ainda que toda esta ideia da DSN e a Operação Condor foram diretamente concebidas e influenciadas (respectivamente) pelos Estados Unidos, frente ao quadro da Guerra Fria<sup>18</sup>. Tendo em conta todo este enquadramento geral ou ‘fatores externos’ elencados acima, podemos então abordar o que poderíamos chamar de ‘fatores internos’ da instauração da Ditadura Civil-Militar brasileira.

#### 1.1.1- Eis que surge o “Período Sombrio”: a implantação da Ditadura no Brasil

Em tempo, ou antes, de discutir os fatores que acarretaram na deposição de Goulart e implantação do golpe civil-militar, precisa-se traçar em linhas gerais o que representou esta ditadura efetivamente, para só então, analogamente, discorrer sobre as causas de abril de 1964.

No decorrer das duas décadas de controle do Executivo pelos militares, o Brasil experimentou o que as autoras Sônia Mendonça e Virgínia Fontes chamaram de “três fases de institucionalização do Estado”<sup>19</sup>, lembrando que este “Estado” referido era representado pelo conceito de “Estado de Segurança Nacional (ESN)”. Para as autoras,

[...] A primeira – abrangendo os governos Castello Branco e Costa e Silva - lançou as bases do ESN, corporificando-as na Constituição de 1967. A segunda, compreendida entre 1969-1973, desenvolveu o modelo econômico e o aparato repressivo, ampliando tanto o quadro legal, quanto a prática da coerção. Já os períodos Geisel e Figueiredo (1974-84), corresponderiam ao estabelecimento de estruturas mais permanentes e flexíveis de poder, consubstanciadas na política de ‘distensão’.<sup>20</sup>

Este ESN, nada mais foi do que a aplicação de forma estrutural da ideia da Doutrina de Segurança Nacional no Estado, e foi um fator essencial para a manutenção do regime. Para a aplicação desta doutrina de “defesa nacional”, o governo ditatorial apoiou-se em um amplo sistema de inteligência, o Sistema Nacional de Segurança e Informações (SISNI), que compreendia ainda o famoso Sistema Nacional de Informações (SNI)<sup>21</sup>. De acordo com Dulce Maciel, a DSN e os órgãos de informação do governo militar validaram e possibilitaram a prática de atrocidades. Para esta autora: “calcula-se que, durante este regime, cinquenta mil brasileiros foram presos, e, destes, pelo menos vinte mil sofreram torturas, em unidades do

---

<sup>18</sup> FERNANDES, 2013, p. 179-180.

<sup>19</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virgínia Maria. **História do Brasil recente, 1964-1980**. São Paulo: Ática, 1994, p. 42.

<sup>20</sup> Ibid., p. 42.

<sup>21</sup> Ibid., p. 42.

aparato de segurança e informações. Estima-se por outro lado que 400 deles foram mortos pelos órgãos de repressão [...].”<sup>22</sup>

Este período caracterizou-se ainda pela edição de uma série de Atos Institucionais<sup>23</sup>, que na prática permitiram ao Executivo plenos poderes ao sobrepor-se frente ao Legislativo; ao “suprimir direitos políticos”<sup>24</sup> (AI-1); eliminar o multi-partidarismo, com a instauração de dois partidos (ARENA e MDB) (AI-2); e com a suspensão de “[...] todas as garantias constitucionais e individuais”<sup>25</sup> (AI-5). Para fins deste trabalho, o destaque deve ser dado ao AI-1, que tinha como finalidade anular qualquer tipo de resistência e oposição ao novo regime.

Referente ao modelo econômico da segunda fase de institucionalização, o período foi singularizado pelo que ficou conhecido como “Milagre econômico brasileiro” que foi caracterizado por uma “[...] abundância de recursos no mercado financeiro internacional e o favorecimento da empresa multinacional na estrutura industrial do país [...]”.<sup>26</sup> Este fato forneceu aos militares uma espécie de “legitimidade popular”, que, no entanto, foi paga com o preço da perda dos direitos dos trabalhadores e aumento da desigualdade social<sup>27</sup>.

Diferente da fase anterior, a terceira fase foi marcada por uma grave crise econômica, influenciada pelo âmbito internacional (crise do petróleo), e que acabou por ‘minar’ a legitimidade popular almejada pelos militares. Aliado a isso, o renascimento dos movimentos sindicais e sociais forçaram o governo a adotar o que as autoras chamaram de “projeto da distensão”<sup>28</sup> e posterior transição da forma de governo.

Cabe salientar que até a instauração do AI-2, o panorama político era permeado por uma série de partidos — criados após a redemocratização de 1945, com o fim do Estado Novo Vargas —, sendo que os que dispunham de maior representatividade organizavam-se muitas vezes em frentes partidárias para a disputa das eleições. Para os objetivos deste capítulo, daremos destaque a três partidos: o Partido Social Democrático (PSD); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e União Democrática Nacional (UDN).

---

<sup>22</sup> MACIEL, Dulce Portilho. Estado de Segurança Nacional e oposição armada: Brasil em tempos de trevas. **Revista História & Luta de Classes**, ano 7, n. 11, p. 38-43, maio 2011. p. 43.

<sup>23</sup> Um total de 17 atos, autorizados entre 1964 a 1969 e editados pelo Presidente do Brasil ou por comandantes-chefes das Forças Armadas. O mais famoso foi o AI-5. BRASIL. Atos Institucionais. **Portal da Legislação**. Brasília, [2017?]. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em: 05 out. 2016.

<sup>24</sup> MENDONÇA; FONTES, 1994, p. 15.

<sup>25</sup> Ibid., p. 45.

<sup>26</sup> Ibid., p. 53.

<sup>27</sup> Acerca desta perda de direitos e aumento da desigualdade social, ver também MENDONÇA; FONTES, op. cit., cap. 3, 6.

<sup>28</sup> Ibid., p. 73.

O PSD e PTB foram criados a partir das instituições do Estado Novo, sendo que o PSD tinha estreitas ligações com oligarquias regionais e o PTB dispunha de diversos sindicatos atrelados. Ambos os partidos por diversas vezes compunham uma frente eleitoral, como a de 1961 que elegeu João Goulart como vice-presidente do País<sup>29</sup>. Contrariamente à aliança PSD-PTB, a UDN surgiu como um partido de oposição ao Varguismo e suas políticas trabalhistas<sup>30</sup>. A apresentação deste panorama político faz-se necessária para a compreensão das disputas políticas que caracterizaram o pré-1964.

Pensar o golpe civil-militar brasileiro e os fatores que acarretaram no mesmo, é constatar que existem visões discrepantes e que giram em torno da dualidade entre uma linha que previa o golpe como uma resposta direta à radicalização das esquerdas e, contrário a isso, a linha de que o Golpe Civil-Militar foi (a grosso modo) uma (grande) articulação que tinha como fim responder aos anseios de uma classe centrada nos interesses do capital multinacional e associado<sup>31</sup>, com amplo apoio externo.

A primeira linha (a Ditadura como uma resposta) acaba por corroborar com a visão de um provável golpe tramado por Goulart. Em concordância com Corrêa, compreendemos que esta leitura do golpe acabou “[...] por legitimar uma teoria do anti-democratismo da esquerda, defendido por militares e setores da classe dominante, e que recentemente foi muito bem aceita e divulgada em meios populares do país através da mídia.”<sup>32</sup> Nesta linha ou viés historiográfico, podemos mencionar, dentre outros, o historiador americano Thomas Skidmore<sup>33</sup>, em uma leitura do autor percebemos que ao tratar do período referente à renúncia de Jânio Quadros<sup>34</sup> e governo Goulart — de uma forma linear e narrativa — demonstrou uma interpretação de que o desfecho de 1º de abril deveu-se conseqüentemente às decisões do presidente e à relação deste

---

<sup>29</sup> MENDONÇA; FONTES, 1994, p. 12-13.

<sup>30</sup> Os estudos pioneiros acerca da UDN foram feitos por Maria Vitória Bene Vers. Ver: BENEVERS, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

<sup>31</sup> Para isto nos pautamos em DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

<sup>32</sup> CORRÊA, Diego Carvalho. **O futuro do passado: uma cidade para o progresso e, o progresso para cidade em João Durval Carneiro (1967-1971)**. 2009. 120 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009. p. 45.

<sup>33</sup> SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

<sup>34</sup> Jânio da Silva Quadros foi eleito presidente do Brasil em 1960, tendo como vice-presidente João Goulart, que era da chapa oposta à sua. Seu governo destacou-se principalmente pela “política externa independente” e crise econômica. Depois de nove meses no governo, renunciou ao cargo, devido a pressões sofridas principalmente nesta área, enquanto o vice-presidente encontrava-se em viagem oficial à China comunista. Sobre a leitura de Skidmore acerca do governo Jânio, ver capítulo 6, intitulado “Jânio Quadros: interlúdio de agonia (1961)” (SKIDMORE, op. cit., p. 228-247).

com as esquerdas, além, é claro, de uma (cada vez mais crescente) polaridade entre os grupos de direita e esquerda<sup>35</sup>.

Mesmo tendo afirmado no apêndice do livro que a falta de oposição de Goulart para resistir ao golpe “[...] tornam a teoria ‘conspiratória’ implausível como explicação dos motivos que levaram o sistema político aberto em 1945 a desabar [...]”<sup>36</sup> Skidmore acabou, de certa forma, se contradizendo, se tomarmos as declarações do próprio autor como parâmetro. Exemplo disto é que, ao abordar o comício de 13 de março de 1964, conhecido também como comício da Central do Brasil, afirmou que “[...] o significado do comício de 13 de março era inquestionável. Jango finalmente tinha se voltado para a esquerda radical para definir suas políticas.”<sup>37</sup>

Em outro trecho, também alusivo ao comício da Central, declarou que: “enquanto a conspiração militar chegava ao seu momento decisivo, a opinião política de centro também estava sendo mobilizada. O comício de 13 de março convenceu muitos pró-legalistas de que Jango deixara de acreditar no processo democrático.”<sup>38</sup> Para tanto, Skidmore sustentou-se nos dois decretos emitidos por Goulart no dia do comício: o primeiro era responsável por nacionalizar as refinarias de petróleo no Brasil, colocando-as sob o controle da Petrobrás e o segundo, o decreto da Supra, que acabou por concretizar a ideia da Reforma Agrária — proposta por Jango, dentre outras medidas, nas Reformas de Base — e que “[...] declarava sujeitas a expropriação todas as propriedades ‘subutilizadas’ de mais de quinhentos hectares[...].”<sup>39</sup> Além destes dois decretos, Skidmore tomou ainda como base argumentativa outras medidas janguistas, como a “Lei de Remessa de Lucros”<sup>40</sup>, de janeiro de 1964 — que na prática buscava restringir o envio de lucros de empresas estrangeiras no Brasil para suas matrizes obrigando assim o investimento indireto na Indústria nacional. Para se ter uma ideia desta expatriação de capital, “[...] entre os anos de 1939-1952, o valor dos retornos transferidos para as matrizes no estrangeiro era 60 vezes maior do que a renda líquida do capital [...]”<sup>41</sup> Portanto, para o autor, o comício da Central, não representou um esforço do presidente em buscar reverter o quadro de crise econômica e social, gerado pelos altos índices inflacionários e endividamento externo,

---

<sup>35</sup> A concepção de tal polaridade ou “espectro político” fica evidente se analisarmos os capítulos 7 e 8 da obra citada. Ver: SKIDMORE, 2010, p. 248-349.

<sup>36</sup> SKIDMORE, 2010, p. 369.

<sup>37</sup> Ibid., p. 334.

<sup>38</sup> Ibid., p. 343.

<sup>39</sup> Ibid., p. 333.

<sup>40</sup> Ibid., p. 316.

<sup>41</sup> WEISBORD, 1964, p. 227 apud DREIFUSS, 1986, p.150.

sem no entanto, sacrificar a população, mas sim, em um projeto político que tinha como escopo a manutenção de Goulart no poder, frente ao quadro de polarização política desenhada pelo brasilianista.

O panorama de crise econômica e social supramencionado foi herdado do pacote de medidas do governo de Juscelino Kubitschek, também conhecido como Plano de Metas, que com o estímulo à industrialização e a construção da nova capital [Brasília] permitiu a entrada de capital estrangeiro, sob a forma de empréstimos e importações, acarretando assim em uma dependência a este capital e consequente aumento inflacionário<sup>42</sup>.

Outro momento na obra de Skidmore que nos auxilia na compreensão da leitura historiográfica que trata do Golpe, é a anulação do papel dos EUA no Putsch de 1964<sup>43</sup>. Quanto a essa anulação, o autor afirmou que:

[...] O governo dos Estados Unidos foi patrocinador direto dos rebeldes militares, como ocorrera na Guatemala em 1954 ou na baía dos Porcos em 1961? A resposta é, sem dúvida, negativa. Não há provas que fundamentem a alegação de que os conspiradores militares foram patrocinados ou instruídos pelo governo americano. A intervenção dos militares brasileiros em 1964 não foi, em princípio, diferente das intervenções anteriores de 1955, 1954 ou 1945.<sup>44</sup>

Como perceberemos ainda neste tópico, a afirmação supracitada é completamente refutada por Dreifuss, ao comprovar que houve sim, um profuso financiamento e apoio americano no chamado Complexo “IPES/IBAD”. Embora negue a participação dos americanos, Skidmore pelo menos admitiu que havia um conhecimento por parte do governo estadunidense da organização dos setores que deporiam Jango. Para o autor: “parece claro, entretanto, que a embaixada americana estava bem informada sobre as ações dos conspiradores [...]”<sup>45</sup>

Se a implantação da Ditadura foi apenas um evento interno e consequência direta à radicalização das esquerdas e de Goulart, por que então os Estados Unidos não alertaram o

---

<sup>42</sup> Para uma compreensão desta leitura econômica, juntamente com seus aspectos, ver: MENDONÇA; FONTES, op. cit., cap. 2.

<sup>43</sup> O termo em alemão que equivale a golpe de estado, foi utilizado como título no trabalho Monográfico de Ricardo Campos. Ver: CAMPOS, Ricardo da Silva. **O Putsh na Feira**: sujeitos sociais, partidos políticos e política em Feira de Santana, 1959-1967. 2010. 87 f. Monografia (Graduação)- Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2010.

<sup>44</sup> SKIDMORE, 2010, p. 371-372.

<sup>45</sup> Ibid., p. 372.

presidente Goulart sobre um “possível” golpe de Estado, se não para resguardar interesses hegemônicos e financeiros, nas circunstâncias da já analisada Guerra Fria?

A resposta para este questionamento pode ser comprovada (e sanada) no trabalho *1964, a conquista do Estado*<sup>46</sup>, de autoria do uruguaio René A. Dreifuss. Utilizando-se de uma farta documentação<sup>47</sup>, conseguiu demonstrar que a interrupção do processo democrático brasileiro ocorrido em 1964 foi fruto de uma densa rede de articulações que objetivava a manutenção da hegemonia centrada no que chamou de “interesses multinacionais e associados”<sup>48</sup>, formando uma verdadeira “elite orgânica”<sup>49</sup> em torno do complexo IPES/IBAD. Acerca desta articulação, o autor destacou que,

[...] A fim de impelir seus interesses específicos, o capital transnacional apoiou-se não somente em seu poder econômico, mas também desenvolveu perícia organizacional e capacidade política próprias para influenciar as diretrizes políticas do Brasil. Essa perícia e capacidade foram incorporadas em uma *intelligentsia* política, militar, técnica e empresarial, isto é, nos interesses orgânicos dos interesses multinacionais e associados e nos organizadores do capitalismo brasileiro [...].<sup>50</sup>

A necessidade desta organização política era impelida pelos anseios de manutenção dos interesses preponderantes, em grande medida econômicos, desse capital multinacional, frente aos rumos sócio-políticos do País. Alinhando-se com uma visão que nega a desassociação entre economia e política, e vice-versa, Dreifuss destacou que “[...] o mero peso econômico de interesses multinacionais na economia brasileira tornou-se um fator político central no final da década de cinquenta [...]”<sup>51</sup>

Esta articulação política motivada pelo fator econômico deveu-se, em parte, ao desmantelamento da ideia de um Estado neutro — leia-se, populista — desenvolvido durante a administração de Juscelino Kubitschek, e a organização paralela de uma força social

---

<sup>46</sup> DREIFUSS, 1986.

<sup>47</sup> A documentação primária utilizada pelo autor é derivada dos acervos do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Para a constatação desta documentação, ver os Apêndices da obra citada. DREIFUSS, 1986, p. 497-792.

<sup>48</sup> Estes interesses multinacionais e associados, como o próprio nome sugere, centravam-se principalmente em interesses econômicos oligopolistas de corporações multinacionais e multibilionárias, em grande parte americanas, e que consolidaram-se no mercado brasileiro na segunda metade da década de cinquenta. Tais interesses fortaleceram-se e firmaram-se como força econômica dominante nos primeiros anos da década de 1960. Ver: DREIFUSS, 1986, cap.2.

<sup>49</sup> Este termo foi cunhado por Dreifuss tendo como fundamento o conceito de “intelectual orgânico” em Gramsci, que por sua vez, pensou tal conceito tendo em vista relações de poder e dominação de grupos como a burguesia capitalista. Para uma compreensão desta noção pelo autor, ver terceira nota bibliográfica da obra citada. DREIFUSS, op. cit., p. 107-108.

<sup>50</sup> DREIFUSS, op. cit., p. 65-66.

<sup>51</sup> Ibid., p. 65.

discordante do capital multinacional e associado, representada pelas classes trabalhadoras e industriais que, diga-se de passagem, passaram a dispor de certa representatividade dentro do Congresso Nacional<sup>52</sup> e expressão através de mobilizações grevistas. A discrepância entre o capital multinacional e as classes trabalhadoras constituiu o que Dreifuss referiu-se como as “duas forças sociais divergentes”<sup>53</sup> que ‘competiram’ no cenário político de início dos anos sessenta.

A compreensão deste quadro sócio-político é condição *sine qua non* para o entendimento do desenrolar dos acontecimentos deste início de década (1960), como por exemplo, o período entre a renúncia de Quadros e a ascensão de Goulart à presidência, especialmente se pensarmos que Jango foi representante de um bloco nacional-reformista<sup>54</sup> que contrariava diretamente os modelos político-econômicos idealizados pelo bloco hegemônico multinacional. Portanto, a articulação do complexo IPES/IBAD passou a tomar forma logo após a renúncia de Quadros em 1961. Conforme Dreifuss,

[...] Com a ascensão de João Goulart ao governo, o bloco multinacional associado, que estava na iminência de perder sua posição econômica privilegiada, preparou-se para restringir as demandas populares e reprimir os interesses tradicionais pela imposição de meios extrapolíticos. Os interesses multinacionais e associados começaram a articular um bloco civil-militar de tendências cesaristas que, no fim, subverteria a ordem política populista quanto conteria as aspirações nacional-reformistas.<sup>55</sup>

Nesta perspectiva, a afirmação de Caio Toledo de que “[...] o governo Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado [...]”<sup>56</sup>, ganha significado e traduz de forma simples a real natureza do complexo IPES/IBAD e, por conseguinte, o caráter de classe do golpe.

Para atingir os seus propósitos, a elite orgânica contou com o apoio e participação de diversos grupos (ou representantes dos mesmos), desde membros da Escola Superior de Guerra

---

<sup>52</sup> DREIFUSS, 1986, p. 37.

<sup>53</sup> *Ibid.*, p. 37.

<sup>54</sup> As medidas de caráter nacional-reformistas, consistiam justamente em uma série de medidas que objetivavam reformas ou mudanças em diversos níveis estruturais como educação, política e setor agrário, principalmente através das reformas de base (superficialmente tratadas no corrente tópico deste trabalho). Para o entendimento deste nacional-reformismo, ver: DREIFUSS, 1986, cap. 4.

<sup>55</sup> *Ibid.*, p.130.

<sup>56</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. A democracia populista golpeada. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **1964**: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 31.

(ESG)<sup>57</sup> e variadas organizações sociais como a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), até a infiltração em grupos de classes trabalhadoras e movimentos estudantis. Para tanto, lançou mão de um forte proselitismo executado principalmente pelos meios de comunicação a fim de manipular a opinião pública como uma espécie de massa de manobra. Grupos de jornais, rádio e/ou televisão ligados ao IPES<sup>58</sup>, como o jornal o *Estado de São Paulo* e *O Globo*, do grupo Roberto Marinho, encarregaram-se de tal tarefa e foram financiados pelo complexo IPES/IBAD. Além dos grupos nacionais, a elite orgânica fez uso de meios de publicidade internacionais como mais um mecanismo para moldar o ‘senso comum’. Para tanto,

O complexo IPES/IBAD também era capaz de articular e canalizar o apoio de algumas das maiores companhias internacionais de publicidade e propaganda, criando, assim, uma extraordinária equipe para manipulação da opinião pública. Jornalistas profissionais se integravam no esforço geral como ‘manipuladores de notícias’ e propagandistas. [...] Certas empresas financeiras e industriais ligadas ao complexo IPES/IBAD se incumbiam dos arranjos financeiros, incluindo-os em suas folhas de pagamento, propiciando, assim, outra forma de financiamento indireto da ação da elite orgânica [...].<sup>59</sup>

O empenho do complexo IPES/IBAD na tentativa de manipulação da opinião pública e, especialmente, na campanha de desestabilização de Goulart, principalmente nos meses antecedentes a abril de 64, pode ainda ser traduzido nos esforços de uma das organizações sociais supracitadas, a CAMDE. Tida pelo autor como “[...] o mais proeminente de todos os grupos femininos”<sup>60</sup>, foi um dos agentes que o IPES empreendeu<sup>61</sup> e patrocinou como propagadores do anticomunismo e “anti-janguismo” no meio da sociedade civil.

A maior expressão deste movimento foi evidenciada na “Marcha da família com Deus pela Liberdade”, ocorrida dias após ao comício da Central do Brasil, na cidade de São Paulo, e que se pretendeu como uma resposta aos desfechos do 13 de março. Conseguindo uma expressão de aproximadamente 500.000 pessoas em protesto contra Goulart, a marcha mostrou-se, no entanto, como uma manifestação da sua essência: um movimento de classe. De acordo

---

<sup>57</sup> A ESG é uma organização que foi formada no bojo das forças armadas brasileiras em finais da década de quarenta, com ampla influência dos ideais do anticomunismo e estreita relação com oficiais militares dos EUA. Destacou-se ainda por partilhar de ideias e ligações diretas com o tecno-empresariado, servindo como elo de conexão entre militares e civis na articulação que deporia Goulart. Ver: DREIFUSS, op. cit., p. 77-82.

<sup>58</sup> DREIFUSS, 1986, p. 233.

<sup>59</sup> Ibid., p. 232.

<sup>60</sup> Ibid., p. 296.

<sup>61</sup> Dreifuss demonstrou que desde sua fundação em 1962, a CAMDE tinha profundas ligações com indivíduos ligados ao quadro do IPES, como o empresário Glycon Paiva e o Gen. Golbery do Couto e Silva, ambos faziam parte do ‘rol’ de membros-fundadores do IPES do Rio de Janeiro. Ver: DREIFUSS, op. cit., p. 296-297.



com Dreifuss, “[...] a marcha foi ostensivamente uma manifestação da classe alta e classe média alta e, em decorrência disso, muito restrita, pois, de uma cidade de cerca de 6.000.000 de pessoas, apenas 500.00 dela participaram.”<sup>62</sup> Por conta das características de classe e apoio midiático, a “marcha da família” repercutiu e foi reproduzida em diversos cantos do País, e como veremos posteriormente, no Estado da Bahia.

Ainda no que concerne à campanha de desestabilização de João Goulart e os grupos empregados para tal, setores da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil, revelaram-se como uma importante arma ideológica e porta-vozes na propagação do discurso anticomunista, e que enxergavam em Jango uma ameaça à família brasileira. Segundo Juvenal Janaino Santana, nos idos entre os anos de 1960 a 1970, a Igreja Católica combateu duramente o comunismo em Feira de Santana, pois,

[...] eram inconciliáveis e incompatíveis, ganhando o aspecto maniqueísta do bem contra o mal e da luta entre Deus contra o Diabo. O comunismo era associado ao caos sobre a sociedade, uma ameaça à família, à fé e a propriedade privada, por isso era um perigo eminente a ser combatido, que tinha nos católicos tradicionais o dever de combater a concepção do grande mal do século XX.<sup>63</sup>

As ações e posturas tomadas por este setor foram fundamentais à elite orgânica, pois, como já dito, forneceram uma espécie de suporte ideológico contra o comunismo frente à classe média. No entanto, apesar de setores e membros da Igreja Católica apoiarem a queda de Goulart e o regime ditatorial subsequente<sup>64</sup>, setores progressistas da Igreja, como o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) na Bahia<sup>65</sup>, se destacaram pela resistência ao Estado militar.

Todo este conluio de proporções descomunais para desestabilizar e destituir Goulart da Presidência, assim como conter as classes populares, seria assegurado por um maciço investimento financeiro que abrangeu a participação de variadas empresas e entidades, tanto

---

<sup>62</sup> Ibid., p. 298.

<sup>63</sup> SANTANA, Juvenal Janaino de. **A Igreja Católica no cenário político da Princesa do Sertão (1962-1974)**. 2012. Monografia (Graduação)- Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012. p. 41.

<sup>64</sup> Parte desta relação entre setores da Igreja e a ditadura brasileira pode ser melhor analisada no trabalho do brasilianista Kenneth Serbin. Ver: SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

<sup>65</sup> O CEAS é um grupo fundado na década de 1960 pela Companhia de Jesus, na Bahia, com o intuito de disseminação dos preceitos sociais da Igreja Católica através do combate às mazelas sociais. Durante o regime militar, a entidade cedeu suas instalações e publicações, como os famosos cadernos do CEAS, para grupos de esquerda e do movimento estudantil difundirem a resistência contra os militares. Ver: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. **A cruz versus a espada: a resistência do CEAS durante a ditadura militar**. In: \_\_\_\_\_. **Ditadura Militar na Bahia: histórias de autoritarismo, conciliação e resistência**. Salvador: EDUFBA, 2014. v. 2, p. 125-150.

nacionais quanto internacionais, bem como o apoio (informal) de diversos países. Neste sentido, a contribuição financeira ao IPES/IBAD no espectro nacional<sup>66</sup>, foi efetivada, dentre outros, por intermédio de empresários/entidades, associações de classes — como as federações das indústrias e associações de banqueiros — e, não menos importante, através de um substancial ‘apoio logístico’, logrado em parte por diversas companhias de meios de transporte e telecomunicações, que, como bem destacou Dreifuss, “[...] seriam de incalculável valor na coordenação do movimento militar para a derrubada de João Goulart [...]”<sup>67</sup> Todavia, deve-se salientar que esta atividade de ‘angariação’ de fundos do IPES centrou-se principalmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro que sistematizaram as atividades do IPES nos demais estados.

Complementando as arrecadações nacionais, o complexo IPES/IBAD favoreceu-se de um financiamento multinacional envolvendo corporações de diversas partes do mundo e até governos que enxergavam no Brasil uma região de papel estratégico na América Latina<sup>68</sup>. Neste âmbito, merece destaque o governo dos EUA que demonstrava bastante interesse nos rumos da política brasileira pois, além da conjuntura da guerra fria, grande parte do capital multinacional investido no Brasil era proveniente de empresas daquele País. Em virtude disso, “duzentas e noventa e sete corporações americanas deram apoio financeiro ao IPES [...]”<sup>69</sup>, dentro deste rol, destacaram-se grandes corporações como Coca-Cola; General Motors e a gigante da informática, IBM. Vale a pena destacar que boa parte dos recursos cedidos ao IBAD tiveram como financiador a Agência de Inteligência americana, a CIA<sup>70</sup>.

Nesse sentido da atuação ou intromissão dos americanos nos rumos do Brasil<sup>71</sup>, podemos destacar pelo menos mais um fator que evidencia bem o nível do comprometimento dos mesmos na derrubada de Goulart, a “Operação Brother Sam”. Para Carlos Fico, que se dedicou ao estudo da relação entre os americanos e o Brasil pré e pós-golpe, tomando como fonte uma série de documentos sigilosos localizados no Arquivo Nacional dos Estados

---

<sup>66</sup> DREIFUSS, 1986, p. 199-205.

<sup>67</sup> DREIFUSS, 1986, p. 205.

<sup>68</sup> Ao tratar do financiamento multinacional ao IPES e a criação do Fundo de Ação Social (FAS) em 1962, para atender a tal propósito, Dreifuss revelou, em análise de documentos e entrevistas do FAS, esta visão do Brasil no cenário latino-americano e, conseqüentemente, da Guerra Fria. Ver: DREIFUSS, op. cit., p. 206.

<sup>69</sup> Ibid., p. 206.

<sup>70</sup> DREIFUSS, 1986, p. 205-206.

<sup>71</sup> A interferência dos Estados Unidos no cenário político-econômico brasileiro fez-se sentir também nas eleições de 1962 para o Legislativo. De tal forma foi a intromissão americana, que em 1963 foi instaurada uma CPI para averiguar a participação ilegal do IBAD, que era financiado pela CIA, nas questões políticas do País. Ver: DREIFUSS, op. cit., p. 201-208.

Unidos<sup>72</sup>, a operação foi uma espécie de “plano de contingência” do governo americano, que temendo Goulart no poder e “[...] o risco de o País tornar-se comunista”<sup>73</sup>, buscou dar suporte aos golpistas, inclusive através de uma força-tarefa naval composta por “[...] um porta-aviões, um porta-helicópteros, um posto de comando aerotransportado, seis contratorpedeiros [...] e quatro navios-petroleiros que traziam combustível para o caso de um eventual boicote do abastecimento [...]”<sup>74</sup> Tal “aparato”, que seria acionado se houvesse resistência por parte de Goulart, no movimento de 31 de março de 1964 — que culminou no deslocamento das tropas do Gen. Olímpio Mourão Filho — revela o nível da articulação em torno do golpe.

Como visto, o movimento para a desestabilização e derrubada de João Goulart e do nacional-reformismo, foi idealizado e executado por uma profusa articulação da elite orgânica que logrou a conservação dos interesses hegemônicos ‘em jogo’. Tal hipótese reforça, dentre outros fatores, o favorecimento do capital estrangeiro no Brasil pós-1964. Para se ter uma ideia, segundo dado apresentado por Mantega e Morais citado por Mendonça e Fontes<sup>75</sup>, entre os anos de 1966 a 1973, empresas multinacionais detinham uma boa parcela de participação em setores industriais ascendentes no País, neste universo, o setor de material de transporte era quase que unanimemente controlado por multinacionais, que tinham o controle de 96,44% das ações.

Para tanto, postos-chave do recém-criado governo militar foram ocupados por empresários e tecno-empresários que compunham o complexo IPES/IBAD. Segundo Dreifuss,

[...] Com um programa de governo que emergira da direita do espectro político e social, os ativistas do IPES impuseram uma modernização da estrutura socioeconômica e uma reformulação do aparelho do Estado que beneficiou, de maneira ampla, as classes empresariais e os setores médios da sociedade, em detrimento da massa.<sup>76</sup>

Como resultado deste modo de governo em favor do empresariado, o que houve foi a penalização das classes trabalhadoras através da perda de direitos, erosão de salários e, conseqüentemente, um aumento elevado da desigualdade social<sup>77</sup>. Assim sendo, ao comprovar a convergência dos diversos setores no complexo IPES/IBAD intentando a derrubada do presidente e a instauração da ditadura subsequente, Dreifuss constatou que o que houve na

<sup>72</sup> FICO, 2008.

<sup>73</sup> Expressão proferida pelo embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon, em telegrama para o departamento de Estado americano na véspera do golpe civil-militar. Ver: FICO, 2008, p. 97.

<sup>74</sup> FICO, 2008, p. 98.

<sup>75</sup> MANTEGA; MORAIS, 1979, p. 76 apud MENDONÇA; FONTES, 1994, p. 53.

<sup>76</sup> DREIFUSS, 1986, p. 455.

<sup>77</sup> MENDONÇA; FONTES, 1994, p. 21-32.

verdade não foi “[...] um mero golpe militar. Foi [...] um movimento civil-militar”<sup>78</sup>, lançando dessa forma luz sobre o caráter de classe do golpe e sobre uma possível convicção ou responsabilidade do golpe como estritamente militar.

Por conta do que representa em sua totalidade, a obra de Dreifuss pode ser adjetivada como uma daquelas pesquisas magistrais que conseguem responder quase que completamente às suas proposições e lançar luz sobre um período obscuro, ou melhor, dar ‘nome aos bois’, ao revelar o caráter de classe do movimento civil-militar. No entanto, tal característica não impediu que fosse objeto de críticas, como veremos, e que giram em torno de uma suposta visão de que para Dreifuss o golpe seria inevitável, para não dizer determinista.

Esta ‘inevitabilidade’ do golpe, foi justamente o ponto de crítica do historiador Carlos Fico, que em duas de suas obras, *Além do Golpe: versões e controvérsias*<sup>79</sup>; e *Operação Brother Sam*<sup>80</sup>, buscou apresentar o contraponto entre a desestabilização do governo Goulart, e o “conspiracionismo”, que para o pesquisador, seriam coisas diferentes. Ao eleger o termo “desestabilização” como o mais ‘preciso’, o autor destacou: “[...] creio não ser abusivo afirmar o acerto histórico da leitura segundo a qual a ‘desestabilização civil’ foi bastante articulada, mas a ação militar não foi inteiramente planejada [...] ficando à mercê de iniciativas de algum modo imprevisas.”<sup>81</sup>

Contudo, o que Fico, juntamente com os demais que criticaram a pesquisa de Dreifuss, pareceu não considerar foi a questão de que o pesquisador uruguaio demonstrou — como se pode concluir através da lista de oficiais das três forças armadas ligados ao IPES<sup>82</sup> — o alto nível de complexidade da mancomunação organizada pelo IPES/IBAD e que, logicamente, demandaria tempo para ser organizado. Seguindo ainda o preceito deste alto grau de organização, acreditamos que mesmo com o adiantamento do Gen. Mourão Filho<sup>83</sup>, o golpe ocorreria da mesma forma, pois estava marcado para o segundo dia de abril<sup>84</sup>. Por último, podemos frisar que mesmo com este esforço, o trabalho de Dreifuss continua, mesmo mais de 30 anos após sua publicação, sem ser refutado.

---

<sup>78</sup> DREIFUSS, op. cit., p. 397.

<sup>79</sup> FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

<sup>80</sup> FICO, 2008.

<sup>81</sup> FICO, 2004, p. 42.

<sup>82</sup> DREIFUSS, 1986, p. 366-367.

<sup>83</sup> Ibid., p.396.

<sup>84</sup> Ibid., p. 414.

A apresentação desta perspectiva defendida por Fico mostra-se necessária pois esta adjetivação a obra *1964: a conquista do Estado* como ‘conspiracionista’ encontrou eco dentre aqueles que direta ou indiretamente buscaram colocar em dúvida o caráter de classe do golpe, claramente servindo a um propósito, que será melhor analisado no tópico subsequente.

## 1.2- 50 anos depois: uma breve análise sobre a produção acerca do Golpe

Seguindo a máxima de Marc Bloch de que a história é a ciências dos homens no tempo<sup>85</sup>, somos tentados a refletir sobre determinados acontecimentos à medida que vai aumentando a duração ou o decorrer dos anos. Nesta perspectiva, transcorridas mais de cinco décadas da derrubada do Governo Goulart, percebemos algumas pesquisas que aspiraram — de certa forma — exercitar tal prática de revisão ou recapitulação. Contudo, o que ocorreu na prática, foi um projeto de atenuação da responsabilidade dos grupos que intentaram o golpe, paralelamente à responsabilização de setores que buscavam resistir à Ditadura. Objetivamos neste tópico somar aos esforços de um grupo de historiadores como Demian Melo; Caio Toledo; Marcelo Badaró Mattos e Eurelino Coelho que já conseguiram tecer ferozes críticas e refutar essa visão, que passou a ser conhecida como revisionismo.

Antes de abordar esta temática propriamente dita, uma ressalva preliminar entre revisão e revisionismo há de ser feita: a prática de revisão em si não é execrável, pois, como constatou Melo, liga-se diretamente ao ofício do historiador de propor novas hipóteses, levantar novas fontes e/ou novas abordagens<sup>86</sup>, assim sendo, a citação de Bloch nada mais é do que uma veracidade. Contudo, diferentemente da escola fundada pelo historiador francês — que tentou quebrar com uma história política tradicional, em favor da história social — os revisionistas acabaram por trilhar o caminho inverso ao realizar uma análise reacionária do passado, que, como veremos, através da perspectiva desenvolvida por Demian Melo, só serviu a interesses conservadores.

Nos embates pela memória, estes revisionistas buscaram apelar para a tática do “difamar o inimigo ao invés de refutá-lo”, ao tentar ‘pôr em xeque’ a atuação das esquerdas e de Goulart,

---

<sup>85</sup> BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. p. 55.

<sup>86</sup> MELO, Demian Bezerra de. A miséria da historiografia. **Revista Outubro**, edição 14, 2006.p. 116. Disponível em:<<http://outubrorevista.com.br/a-miseria-da-historiografia/>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

assim como as interpretações sobre o golpe que tiveram inspiração no marxismo<sup>87</sup> — linha seguida por Dreifuss. De acordo com Melo, as principais teses destes revisionistas podem ser resumidas através dos seguintes pontos: “[...] 1) ‘esquerda e direita foram igualmente responsáveis’; 2) na verdade ‘havia dois golpes em curso’ nos idos de 1964; 3) a resistência à ditadura não passou de um mito [...]”<sup>88</sup> Tais teses, ao se proporem imparciais<sup>89</sup>, tentaram desse modo se contrapor às leituras de classe do golpe e à visão de que as esquerdas buscavam manter o regime democrático em voga.

Esta interpretação, principalmente no que se refere aos dois primeiros pontos levantados por Melo, passou a ganhar notoriedade com a obra *Democracia ou Reformas?* de Argelina Figueiredo<sup>90</sup>. Em outro trabalho, Figueiredo propôs como uma espécie de síntese da obra<sup>91</sup>, objetivando responder ao questionamento de “[...] por que não foi possível alcançar uma solução institucional que combinasse democracia com reformas sociais?”<sup>92</sup>, a autora apresentou como resposta a “intransigência” dos grupos pró-reformistas que através de uma pauta “maximalista” não abriam espaço para negociações e concessões para a aprovação de reformas (leia-se as reformas de base e o plano trienal propostas pelo governo Jango) mais moderadas e parciais e que desta forma poderiam frear uma espécie de conflito social<sup>93</sup>.

Deste modo, ao tratar de uma possível flexibilização da pauta das reformas como ponto de manutenção da democracia, Figueiredo conjecturou que tal solução não ocorreu devido a “[...] um fraco compromisso com a manutenção das regras democráticas, tanto por parte da direita como da esquerda.”<sup>94</sup> No entanto, ao propor medidas mais “flexíveis”, a autor não considerou a tentativa de combate às desigualdades sociais propostas pelas reformas janguistas.

Este viés defendido por Figueiredo foi analisado, dentre outros autores, por Melo, que identificou na autora a tentativa de corresponsabilizar os que foram “apeados” do poder em 1964, da mesma forma que tentou reduzir a obra de Dreifuss “1964: a Conquista do Estado” à um “conspiracionismo”, no entendimento de que Dreifuss enxergou os conspiracionistas como

---

<sup>87</sup> Ibid., p. 114.

<sup>88</sup> MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de. **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 158.

<sup>89</sup> MELO, 2006, p. 114.

<sup>90</sup> FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

<sup>91</sup> FIGUEIREDO, Argelina. Democracia & reformas: a conciliação frustrada. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas: Unicamp, 1997. p. 47-54.

<sup>92</sup> FIGUEIREDO, 1997, p. 47.

<sup>93</sup> Ibid., p. 49-52.

<sup>94</sup> FIGUEIREDO, 1997, p. 53.

“onipotentes”<sup>95</sup>. Importante frisar que foi Melo quem traçou uma das maiores e mais ferrenhas críticas a Figueiredo<sup>96</sup>, que revelou como sendo a precursora do revisionismo no Brasil. Referente à obra de Figueiredo e ao movimento revisionista em si, este autor revelou que tal concepção ganhou força devido aos pressupostos da ideologia do “fim da história”, ou seja, das concepções neoliberais<sup>97</sup>, influenciadas também pela crise pela qual passava o pensamento de esquerda durante a década de 1990. Assim como os demais críticos do revisionismo abordados neste tópico, Melo, para além de Figueiredo, indicou e refutou ainda os trabalhos de outros autores que identificou como revisionistas, como foi o caso de Jorge Ferreira; Daniel Aarão Reis Filho e Elio Gaspari. Embora não abordamos diretamente estes autores, demonstraremos, através das críticas ao revisionismo, que estes sustentaram-se na “fórmula” de Figueiredo de que esquerda e direita foram responsáveis pelo Golpe.

Semelhantemente a Melo, Caio Toledo<sup>98</sup> revelou que Figueiredo e os demais autores supracitados, compreenderam o golpe como sendo intentado por ‘todos os lados’, para o autor, os revisionistas defenderam que “[...] todos os agentes relevantes do processo político estavam comprometidos com o *golpismo*: militares, setores da direita, das esquerdas e Goulart [...] estavam prontos para desfechar um golpe de Estado.”<sup>99</sup> Tal conclusão foi pautada na análise dos revisionistas, como, por exemplo, o fragmento de Jorge Ferreira citado por Toledo:

A questão central era a tomada do poder e a imposição de projetos. Os partidários da direita tentariam impedir as alterações econômicas e sociais, sem preocupações de respeitar as instruções democráticas. Os grupos de esquerda exigiam as reformas, mas também sem valorizar a democracia (...) A primeira sempre esteve disposta a romper com a legalidade, utilizando-a para defender seus interesses econômicos e privilégios sociais. A segunda (*as esquerdas*, CNT), por sua vez, lutava pelas reformas a qualquer preço, inclusive com o sacrifício da democracia.<sup>100</sup>

---

<sup>95</sup> MELO, 2014, p. 161.

<sup>96</sup> Segundo Eurelino Coelho, “Demian Bezerra de Melo foi quem mais avançou na análise da historiografia sobre o golpe [...]” Ver: COELHO, Eurelino. Dois golpes, duas ditaduras. **História Revista**, v. 20, n. 1, p. 120-141, jan./abr. 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/39368/19959>>. Acesso em: 10 nov. 2017. p. 123.

<sup>97</sup> MELO, 2006, p. 113.

<sup>98</sup> Se Melo foi o que mais criticou e produziu sobre o revisionismo, Toledo foi o que primeiro identificou o fenômeno, em artigo publicado em 2006. Ver: TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, Campinas, v. 10, n. 19, p. 27-48, 2004. Disponível em: <[https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/contador\\_revista\\_item.php?arquivo\\_pdf=arquivos\\_biblioteca/artigo104artigo2.pdf&idItem=104&nomeTabela=tb\\_artigos](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/contador_revista_item.php?arquivo_pdf=arquivos_biblioteca/artigo104artigo2.pdf&idItem=104&nomeTabela=tb_artigos)>. Acesso em: 10 nov. 2017.

<sup>99</sup> TOLEDO, 2004, p. 34.

<sup>100</sup> FERREIRA, 2004 apud TOLEDO, 2004, p. 35.

Em virtude disto, Toledo identificou nestes revisionistas uma leitura que servia puramente a ideais conservadores, que foi inclusive bastante difundida em tempo de “40 anos do golpe”. Ao afirmar que “[...] passados 40 anos, nem mesmo um simulacro de *Plano Cohen* foi descoberto (ou forjado) [...]”<sup>101</sup>, — ou seja, nenhum estratagema de possível golpe por parte de Goulart — o autor demonstrou que a vertente do golpismo, defendido pelos revisionistas, sustentava-se em precárias colunas.

Marcelo Badaró Mattos, em artigo publicado quatro anos após o ‘aniversário’ das quatro décadas da derrubada de Goulart, assinalou a existência de quatro ciclos de estudos na academia sobre o governo Goulart e sua eventual destituição em 1964. Estes ciclos estão divididos no período correspondente entre as décadas de 1970; 80; 90 e o ano de 2004<sup>102</sup>.

O primeiro ciclo pode ser dividido em dois pontos: a questão econômica da crise de acumulação, ou seja, o modelo econômico de dependência externa (vigente sobretudo no Governo Kubitschek) vivia uma crise que ‘tinha como solução’ o sacrifício e arrocho da classe que sempre sofreu com isto: os trabalhadores. Da mesma forma, até a década de 1970, existia também o ponto ou tese que derivava o golpe da crise do populismo. Segundo o autor, “[...] esse marco interpretativo permanece importante, por enfatizar dimensões econômicas, políticas e sociais do golpe, entendido em meio à análise de um processo mais amplo.”<sup>103</sup>

O segundo ciclo previa a interpretação do golpe enquanto movimento de classes, através das pesquisas de René Dreifuss na obra já citada “*1964: a conquista do Estado*”. O terceiro ciclo identificado por Mattos, predominante na década de 1990, trinta anos após a derrubada de Goulart, foi definido por ‘novas teses’ sobre o golpe e que tratavam de se contrapor às interpretações de Dreifuss, destaque para Argelina Figueiredo e pesquisas que tratavam de depoimentos de militares, como o trabalho de Gláucio Ary Soares<sup>104</sup>. Por último, o quarto ciclo identificado por Mattos, e que corresponde ao período dos quarenta anos do golpe, em 2004, foi marcado por uma ampliação ou radicalização das teses de Figueiredo pelos já citados Reis Filho, Elio Gaspari e Jorge Ferreira.

---

<sup>101</sup> TOLEDO, op. cit., p. 37.

<sup>102</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**, v. 28, n. 55, p. 245-263, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882008000100012&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882008000100012&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 12 dez. 2017.

<sup>103</sup> Ibid., p. 247.

<sup>104</sup> MATTOS, 2008, p. 248.



Em outro trabalho publicado em 2015, Mattos<sup>105</sup> do mesmo modo que no artigo anterior, assinalou que os revisionistas buscaram quebrar totalmente com as análises anteriores que compreendiam o golpe como movimento de classe. Para o autor, estas análises “[...] parece ter sido secundarizada, ou mesmo descartada, por uma literatura especializada mais preocupada em caracterizar o Golpe de 1964, ou simplesmente como movimento militar, ou como resultante de uma convergência antidemocrática ampla”<sup>106</sup>, o que o autor sabiamente se referiu como “um consenso autoritário”.

De modo correspondente aos autores supracitados que criticaram este revisionismo, Eurelino Coelho identificou neste movimento um discurso que ‘valida’ discursos hegemônicos em torno de um projeto de classe. Indo mais além, o autor qualificou este movimento como um verdadeiro “golpe historiográfico em curso”<sup>107</sup>, tal qual o golpe engendrado em 1964, que tem como alvo, como já buscamos tratar brevemente, determinadas memórias e formas de enxergar o passado, com o objetivo de subvertê-las, e que têm logrado sucesso, se tomarmos como parâmetro a grande aceitação destas teses na mídia e tiragens colossais<sup>108</sup>.

De modo bastante claro, ao tecer críticas aos revisionistas já identificados, Coelho tentou demonstrar que na verdade o objetivo primordial destes autores, ao servir a interesses hegemônicos, era o ataque não [apenas] às concepções do golpe civil-militar enquanto movimento de classe, mas sim à memória em si. Para o autor:

[...] O golpe historiográfico volta-se contra os herdeiros acadêmicos de Dreifuss e Moniz Bandeira, mas não são eles os alvos prioritários. As armas estão calibradas para atingir um público muito mais vasto, o mesmo para o qual se dirigem as ações da nova hegemonia, da qual esta operação histórica é um mecanismo. O verdadeiro objetivo da guerra é a memória, os sentidos do passado tal como compartilhados por grandes massas humanas e as implicações que tal visão projeta sobre o presente [...].<sup>109</sup>

Ao servir ao seu escuso propósito, estes revisionistas foram ‘laureados’ pelos a quem serviram, através de amplo destaque na mídia (em especial no período referente aos 40 anos do golpe). Para o autor, “exatamente porque o que produzem se tornou relevante para o bloco

<sup>105</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. O sentido de classe do golpe de 1964 e da Ditadura: um debate historiográfico. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). **1964: 50 anos depois: a ditadura em debate**. Aracajú: EDISE, 2015. p. 35-84.

<sup>106</sup> MATTOS, 2015, p. 53.

<sup>107</sup> COELHO, 2015, p. 121.

<sup>108</sup> Para se ter uma ideia, entre os anos de 2002 a 2012 a coletânea de Elio Gaspari sobre a ditadura vendeu mais de 400 mil exemplares. Ver: COELHO, op. cit., p. 137.

<sup>109</sup> COELHO, 2015, p. 138.

dominante, esses intelectuais passaram a gozar de um poder inalcançável por seus pares, poder que se expressa em fenômenos como tiragens gigantescas, inusitadas para livros de história [...].”<sup>110</sup>

Em suma, ao tentarmos analisar este revisionismo à luz dos que tentaram refutá-lo, intentamos demonstrar a natureza de classe deste discurso, assim como de certa forma, “utilizar o feitiço contra o feiticeiro”, ao verificar que a real natureza de manipulação da memória deste revisionismo não conseguiu refutar os pressupostos do golpe enquanto movimento de classe lançados por Dreifuss.

### 1.3- Um conciso olhar sobre a Bahia: o Golpe de 1964 no Estado

Os efeitos anteriores e posteriores da deposição de João Goulart não ficaram restritos ao Sul e Sudeste do País, como focado por Dreifuss, sendo sentidos nas diversas regiões e Estados da Federação. Deste modo, a compreensão do desenrolar do 1º de abril no aspecto regional, em especial no Estado da Bahia, é condição necessária para o entendimento das rápidas mudanças, sobretudo no aspecto político, pelas quais passou o Estado nos primeiros dias após o golpe, que viu determinadas características identificadas por Dreifuss como a “marcha da família com Deus” e a utilização de meios de comunicação na campanha de desestabilização de Jango se repetirem, ou melhor, reverberarem em solo baiano.

Esta guinada no plano político nos primeiros dias após o golpe, sobretudo com a publicação do AI-1, representou uma enorme mudança estrutural com a cassação de diversos políticos que não refletiam os interesses da ‘elite orgânica’ agora no poder. Neste aspecto, Salvador, como diversas outras cidades do interior baiano, viu uma reviravolta do quadro político com a deposição e prisão do prefeito Virgildásio Sena que havia declaradamente apoiado as reformas de base propostas por Jango<sup>111</sup>. Paulo Dantas Neto, que buscou analisar o comportamento (apoio) da elite baiana no golpe, constatou que “o golpe de 64 causou forte impacto na sociedade política baiana.”<sup>112</sup>

---

<sup>110</sup> Ibid., p. 137.

<sup>111</sup> DANTAS NETO, Paulo Fábio. Quebra da casca do ovo: elite baiana e a obra do Golpe de 1964. In: FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. Observa nordeste. **O Golpe de Estado de 1964 no Nordeste**. Recife: FUNDAJ, [2012?]. Disponível em: <[http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/observa\\_bahia\\_01.pdf](http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/observa_bahia_01.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2017. p. 1-2.

<sup>112</sup> DANTAS NETO, 2012, p. 1.

Ao perceber essa mudança no quadro político, com cassações e ascensão de quadros da UDN, o autor questionou o fato da manutenção do então governador Lomanto Júnior que havia demonstrado apoio a Jango, chegando à conclusão de que o governador só se manteve no cargo devido a uma declaração na imprensa, já no dia 04 de abril, apoiando o golpe<sup>113</sup> e à sua popularidade. Segundo o autor, os políticos baianos favoráveis ao golpe, convenceram os militares a manter Lomanto Júnior com a afirmação de que “[...] o governador era popular, sendo inconveniente, além de desnecessário, confrontar o senso político comum [...]”.<sup>114</sup> O autor objetivou demonstrar como ocorreu o retorno das elites liberais baianas ao governo do Estado através da “udenização”<sup>115</sup>.

De forma semelhante, Muniz Ferreira, ao verificar o retorno da velha elite baiana ao poder, constatou que o ‘alinhamento’ do governador com os militares, seria resultado da ameaça do General de Brigada Manoel Mendes Pereira que “[...] muito provavelmente o confrontou com duas alternativas: a adesão ao golpe ou sua destituição.”<sup>116</sup>

Na esfera social do golpe na Bahia, em especial na capital do Estado, podemos destacar dois fatores fundamentais: a utilização da imprensa na consolidação do golpe e as campanhas da família com Deus pela Democracia. Importantes mecanismos de formação de opinião, os jornais acabavam servindo a interesses políticos que poderiam ser constatados nos seus editoriais. Simão Tannous<sup>117</sup> se dedicou à análise dos periódicos baianos e de que forma os dois principais jornais soteropolitanos, o *A Tarde* e o *Jornal da Bahia*, se portaram frente ao contexto político nacional. O jornal *A Tarde*, compunha o discurso contrário a Goulart, que cada vez mais engrossava o coro anticomunista, segundo o autor,

O espaço dado pelo Poder Executivo para reivindicações dos trabalhadores foi considerado pelos conservadores, representados na Bahia pelo *A tarde*, como um perigo para a nação e utilizado por setores golpistas como argumento para a derrubada do governo Goulart, pois essas manifestações foram associadas ao risco de comunização do Brasil.<sup>118</sup>

---

<sup>113</sup> Ibid., p. 4.

<sup>114</sup> Ibid., p. 5.

<sup>115</sup> Dentre os fatos que contribuíram para manutenção do governador no cargo, está a alteração do quadro de secretários do governo do Estado, por indivíduos alinhados com os militares, muitos destes eram filiados à UDN. Ver: DANTAS NETO, op. cit., p. 6.

<sup>116</sup> FERREIRA, Muniz. O Golpe de Estado de 1964 na Bahia. *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 22, 2004. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/719>>. Acesso em: 20 jun. 2017. p. 2.

<sup>117</sup> TANNOUS, Simão Alves. A imprensa baiana e a queda do regime constitucional de João Goulart (1963-1964). In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). **Ditadura Militar na Bahia: histórias de autoritarismo, conciliação e resistência**. Salvador: EDUFBA, 2014. v. 2, p. 11-32.

<sup>118</sup> TANNOUS, 2014, p. 17.

De forma contrária, o *Jornal da Bahia* adotava uma postura de apoio à Goulart e sua política das reformas de base, como pode ser evidenciado na reportagem da primeira tiragem do ano de 64 intitulada “Goulart promete ao país: 1964 vai ser o ‘ano de reformas’”<sup>119</sup>. Desta forma, por ‘simpatizar com Goulart’, o jornal foi arbitrariamente invadido logo após ao golpe por “[...] 12 oficiais que pretendiam impedir que o mesmo circulasse no 1º de abril de 1964 com uma reportagem defendendo o presidente.”<sup>120</sup>

Os discursos contrários a Goulart que encheram as páginas do *A tarde* foram utilizados ainda por outra pesquisadora, Ediane Santana<sup>121</sup>, que tratou de analisar as “Marchas da família com Deus pela Democracia e pela Liberdade”. Não mais com o propósito de ‘derrubar’ Jango, a Marcha da Família na Bahia, serviu a outro propósito: o de consolidar o golpe através de ‘apoio popular’ [leia-se classe média]<sup>122</sup>. Segundo a autora, a marcha, marcada para o dia 15 de abril de 1964, “[...] contou com cerca de 400 mil pessoas”<sup>123</sup>, sendo saudada no dia seguinte por matéria no *A Tarde* como “apoteose da vitória”<sup>124</sup>.

Objetivamos assim, ao representar as transformações no executivo baiano e as formas de apoio ao golpe na cidade de Salvador, demonstrar que as gestões estaduais e/ou municipais que não se alinharam com os ideais conservadores da elite no poder, foram arbitrariamente apeadas do poder, como no caso do então Prefeito de Feira de Santana, Francisco Pinto.

#### 1.4- “O bicho espreita”: a Ditadura civil-militar na cidade de Feira de Santana

Com o intuito de inserir a cidade de Feira de Santana nas discussões acerca do Golpe civil-militar, para então se discutir os mecanismos de manutenção do mesmo, buscaremos analisar as circunstâncias, sobretudo políticas, do pré e pós-golpe na cidade.

Feira de Santana, como típica cidade do interior baiano, ainda era marcada por diversas práticas, tais como o coronelismo<sup>125</sup> e as feiras livres, costume que em muito erigia-se como

---

<sup>119</sup> Ibid., p. 24.

<sup>120</sup> Ibid., p. 27.

<sup>121</sup> SANTANA, Ediane Lopes de. Campanha de desestabilização de Jango: as ‘donas’ saem às ruas! In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). **Ditadura militar na Bahia**: novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador: EDUFBA, 2009. v. 1, p. 13-30.

<sup>122</sup> Ibid., p. 27.

<sup>123</sup> SANTANA, 2009, p. 26.

<sup>124</sup> Ibid., p. 26.

<sup>125</sup> Fazemos menção ao termo comum reservado a determinados chefes ou figuras das regiões às quais pertenciam que exerciam forte poder político. No caso de Feira, podemos citar o coronel Tito Ruy Bacelar, que por motivações

prática de resistência ao modelo de comércio exercido por famílias tradicionais da cidade, muitas das quais detinham influência política<sup>126</sup>. Como já dá para se ter uma ideia, a Feira de Santana de início da década de 1960 foi marcada por diversas disputas políticas, oriundas de relações de poder. Parte dessas relações podem ser traduzidas através dos embates de dois grandes periódicos feirenses: *o Folha do Norte* e *o Gazeta do Povo*, ou mais precisamente, embates entre a UDN e PSD feirenses<sup>127</sup>.

Conforme Alzira Abreu, uma característica “[...] da imprensa é que, até os anos 1960, [...] ela podia ser considerada partidária. Embora os jornais não fossem sustentados por qualquer facção política, refletiam os interesses ideológicos dos partidos.”<sup>128</sup> Este foi exatamente o caso dos jornais feirenses, que tiveram sua gênese vinculadas a interesses políticos. *O Folha do Norte*, que surgiu no começo do século XX, passaria a ser controlado pelos irmãos Arnold, Dálvaro e Raul Silva, que constituíram uma das famílias atuantes no cenário político feirense da segunda metade do século, com destaque para Hugo Navarro Silva<sup>129</sup>. Paralelamente, o *Gazeta do Povo* — que seria fechado em 1964 — foi inaugurado em 1959, tendo como um dos fundadores um partidário do PSD feirense, Eduardo Fróes da Mota e propunha-se como uma espécie de porta-voz do partido e, naturalmente, opositor do noticiário rival.

A construção deste quadro é de suma importância pois, constantemente estes veículos eram utilizados para ataques aos inimigos políticos, postura [inclusive] bastante adotada pelo *Folha do Norte* com o intuito de depreciar uma ‘pedra no sapato’ da UDN feirense no começo da década de 60: o prefeito Francisco Pinto, Chico Pinto, como era conhecido. Em acirrada disputa nas eleições municipais de 1962 contra João Durval Carneiro<sup>130</sup>, da UDN, Pinto conquistou o cargo de prefeito com uma pequena margem de apenas “36 votos de diferença”<sup>131</sup>.

Com um governo que tinha como slogan de campanha “[...] Chico Pinto no poder é o

---

políticas, fundou o jornal *Folha do Norte*, que, como veremos, foi um importante instrumento de manipulação no contexto político feirense pré e pós 1964. Ver: CAMPOS, 2010, p. 34-35.

<sup>126</sup> Sobre as práticas e costumes do comércio popular através da feira livre e suas relações, ver: PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. **Trabalho e costume de feirantes de alimentos:** pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990). 2009. Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.

<sup>127</sup> CAMPOS, op. cit., p. 33.

<sup>128</sup> ABREU, 2006 apud TANNOUS, 2014, v. 2, p. 11-12.

<sup>129</sup> Advogado de formação, compunha o quadro da UDN desde os anos cinquenta. Ver: CAMPOS, op. cit., p. 34-35.

<sup>130</sup> Integrante da UDN feirense, Carneiro foi vereador e Prefeito de Feira de Santana em 1966, sendo responsável por um projeto ‘modernizador’ na cidade. Para uma maior análise sobre a atuação do Prefeito em Feira de Santana. Ver: CORRÊA, 2009.

<sup>131</sup> CAMPOS, op. cit., p. 43.

povo governando”<sup>132</sup>, o prefeito intentou de fato traçar uma pauta de governo que atendesse a demandas da população, tal qual Goulart com as Reformas de Base. Para Corrêa,

[...] o governo municipal caminhava para um modelo populista na mediação da relação entre Estado e trabalhadores, houve todo o estabelecimento de regras e lei tributárias que não haviam na cidade, para regular a venda de produtos e o apoio do executivo. Seu governo estabeleceu uma relação de proximidade com organizações de bairro e sindicatos no atendimento de demandas.<sup>133</sup>

Esta proposta ‘pintista’ de aproximação com as massas foi objeto de duras críticas por parte dos opositores do governo municipal, que corriqueiramente taxaram o prefeito de ‘esquerdista’, como no caso em que apontaram Pinto como “[...] o incentivador do movimento comunista.”<sup>134</sup> Percebemos ainda que em diversas matérias, principalmente no pós 1º de abril, os colunistas do Folha do Norte chamavam atenção para ‘os perigos do comunismo’<sup>135</sup>.

Para Hugo Silva, acionista e jornalista do Folha do Norte que detinha um mandato de vereador na câmara Municipal pela UDN, a eleição de Pinto não se deveu à inédita associação de um candidato e futuro prefeito com a população mais pobre, assim como com diversos sindicatos, mas sim à manipulação da opinião pública por parte do partido comunista, que apoiou a candidatura do futuro prefeito<sup>136</sup>. Fato curioso é que o PCB nas duas eleições anteriores à de Pinto, havia apoiado a UDN de Feira Santana<sup>137</sup>. Declarado inimigo político de Chico Pinto, o então vereador Silva por diversas vezes teceu ataques às posturas de Pinto, seja através do jornal ou no plenário da câmara municipal, como no caso do que ficou conhecido como “quebra-quebra da Câmara”, que atribuiu à uma comunização no município engendrada pelo prefeito<sup>138</sup>.

Acerca deste “quebra-quebra” Corrêa, ao tomar como fonte diversas atas da Câmara Municipal, destacou que: “[...] Em 29 de novembro de 1963, estudantes e trabalhadores ocuparam a câmara, num protesto motivado pela necessidade da construção de mais uma escola de ensino secundário. A população quebra os móveis da Câmara e a sessão é suspensa.”<sup>139</sup> Para

<sup>132</sup> CAMPOS, 2010, p. 44.

<sup>133</sup> CORRÊA, 2009, p. 41.

<sup>134</sup> CÂMARA aprova Moções. **Folha do Norte**, ano 55, n. 2868, 11 abr. 1964. p. 1.

<sup>135</sup> Como exemplo podemos citar a matéria intitulada “Como definir um comunista”. Ver: COMO definir um comunista. **Folha do Norte**, ano 55, n. 2869, 18 abr. 1964.

<sup>136</sup> SILVA, Hugo Navarro. **Entrevista concedida a Diego Freitas Leite de Almeida**. Feira de Santana, 13 nov. 2012.

<sup>137</sup> CAMPOS, 2010, p. 43.

<sup>138</sup> CORRÊA, 2009, p. 42.

<sup>139</sup> *Ibid.*, p. 41.

o autor, esta sessão da câmara merece destaque por se tratar da primeira a ser acompanhada por sujeitos que não detinham cargos públicos, como é o caso de estudantes.

Com a concretização do golpe, os udenistas feirenses congratularam e viram nisso a oportunidade da recuperação do poder municipal que havia sido perdido com a eleição de Pinto<sup>140</sup>. Dessa forma, o editorial controlado pela família Silva tratou em diversas reportagens de saudar os golpistas, como na manchete em que se lê: “A Feira deve confiar nas Fôrças Armadas”<sup>141</sup>, onde o periódico exalta o papel das forças armadas e caracteriza a cidade como “[...] o segundo centro comunista do Norte e Nordeste, depois do Recife.”<sup>142</sup>

Ainda referente ao periódico, podemos destacar a série de reportagens<sup>143</sup> dedicadas “[...] à grande festa democrática do povo feirense”<sup>144</sup>: a Marcha da Família com Deus pela Democracia, que somou a presença, segundo o jornal, de “mais de trinta mil pessoas”<sup>145</sup> e que diferente da analisada por Dreifuss, teve um cunho muito mais de apoio aos militares de que desestabilização da democracia, fato que fica evidenciado na convocação à Marcha, feita pelo Folha do Norte com o intuito de “[...] render graças a Deus pela vitória das forças armadas democráticas do Brasil em sua luta contra o comunismo.”<sup>146</sup>

Consolidada a ditadura, a deposição do prefeito Chico Pinto viria no dia 08 de maio de 1964, mais de um mês após ao golpe, através da Resolução nº 55/A64<sup>147</sup>, proposta por Hugo Silva. No entanto, um aspecto bastante interessante do imediato pós- 1º de abril em Feira de Santana, foi a tentativa de resistência ao golpe por parte de Pinto. O prefeito teria buscado organizar uma resistência armada por parte da população para se opor ao golpe, no entanto, como essa resistência à nível nacional não ocorreu, a oposição proposta por Pinto não se concretizou.

Acerca disto, o próprio Chico Pinto revelou que a população feirense foi convocada através de carro com alto falante, ao mesmo tempo que um grupo de homens da guarda municipal havia sido enviado ao Tiro de Guerra, no primeiro carro mortuário de Feira de

---

<sup>140</sup> Antes disso, dois mandatos consecutivos de prefeito foram cumpridos por udenistas: João Marinho Falcão (1959-1958) e Arnold Silva (1958-1962), tio de Hugo Silva. Ver: CAMPOS, 2010, p. 43.

<sup>141</sup> A FEIRA deve confiar nas Fôrças Armadas. **Folha do Norte**, ano 55, n. 2870, 25 abr. 1964. p. 1.

<sup>142</sup> *Ibid.*, p. 1.

<sup>143</sup> Constatamos matérias dedicadas à Marcha da Família em pelo menos três tiragens diferentes do jornal Folha do Norte. Ver edições dos dias 11, 18 e 25 de abril de 1964.

<sup>144</sup> A MARCHA da Família Feirense com Deus pela Democracia: a Feira, unida, demonstrou o seu repúdio aos traidores da Pátria. **Folha do Norte**, ano 55, n. 2870, 25 abr. 1964. p. 1.

<sup>145</sup> *Ibid.*, p. 1.

<sup>146</sup> MARCHA com Deus pela Democracia. **Folha do Norte**, ano 55, n. 2868, 11 abr. 1964. p. 1.

<sup>147</sup> Ata da 16ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana, de 08 de maio de 1964. Ver: CORRÊA, 2009, p. 53.

Santana, para pegar as armas que lá se encontravam para assim se montar uma resistência. No entanto teve-se a notícia de que Jango não iria resistir, devolvendo-se as armas ao Tiro de Guerra<sup>148</sup>. A estratégia do prefeito envolvia ainda a montagem de barricadas e a utilização de bombas, que seriam utilizadas para derrubar pontes e inviabilizar o deslocamento de militares para Feira de Santana<sup>149</sup>.

Neste viés, o Folha do Norte publicou uma nota denominada “Prefeito levanta barricadas contra as fôrças da democracia”<sup>150</sup>, em que destacou: “agitados andaram os traidores que ergueram barricadas no interior da Prefeitura Municipal com sacos de areia, e reuniram armas e munição para atacar as fôrças da Constituição. O que pretendia o Prefeito era transformar a Feira de Santana num vasto campo de batalha [...]”<sup>151</sup>Claramente acusando o prefeito de comunismo e servindo a (como já demonstrou Campos) objetivos políticos.

Analisando esta experiência narrada por Pinto, Campos classificou o discurso como exagerado, contudo, salientou que “[...] parece não haver dúvida de que em Feira de Santana, se esboçou uma tentativa de chamar a população feirense para a luta nos primeiros dias de abril de 1964.”<sup>152</sup>

Passado o mês de abril e a frustrada tentativa de resistência por Pinto, a vacância do cargo de Prefeito foi proposta pelo vereador Hugo Silva e deferida em votação de “08 votos a favor contra 05 depois de vários constrangimentos aos edis [...]”<sup>153</sup>, com posterior “posse” no mandato de prefeito do vereador Joselito Amorim, que apresentaremos com mais detalhes no capítulo seguinte.

Subsequentemente à deposição, Pinto foi preso e enviado ao Quartel do Barbalho em Salvador por um destacamento do Exército do Estado de Alagoas que veio à mando do General Castelo Branco, por sua vez a pedidos do então governador da Bahia, Juracy Magalhães e este por seu lado, de udenistas de Feira de Santana<sup>154</sup>. O apoio do governador da Bahia (UDN) e do presidente-general serviram a um propósito, pois, segundo Côrrea, “[...] Juracy e Castelo

<sup>148</sup> CHUVAS de Março. Direção: Johny Guimarães; Volney Menezes. Feira de Santana, 1999. 1 DVD (80 min), son., color. Documentário. Min. 00:27:05-00:28:22.

<sup>149</sup> BAHIA. Comissão Estadual da Verdade. **Relatório de atividades**: agosto 2013/abril 2016: volume 2: íntegra dos depoimentos. Salvador: [2016?]. Disponível em: <<http://www.comissaoestadualdaverdade-bahia.uneb.br/relatorios.html>>. Acesso em: 12 mar. 2018. p. 362.

<sup>150</sup> PREFEITO levanta barricadas contra as fôrças da democracia. **Folha do Norte**, ano 55, n. 2867, 4 abr. 1964. p. 1.

<sup>151</sup> Ibid., p. 1.

<sup>152</sup> CAMPOS, 2010, p. 63.

<sup>153</sup> CORRÊA, 2009, p. 53

<sup>154</sup> CHUVAS..., 1999, min. 00:17:37-00:20:30.



previam que Feira de Santana seria um ponto estratégico de refúgio caso a ‘revolução’ não desse certo, logo essa cidade certamente não poderia oferecer nenhum tipo de perigo ou resistência ao golpe.”<sup>155</sup>

O “motivo” deste envolvimento direto do governo federal na política local é bastante esclarecedor, pois a partir disto podemos passar a tentar compreender as verdadeiras razões da transferência daquele que ficaria conhecido como o repressor, ou agente do movimento ditatorial na cidade de Feira de Santana, o Capelão da Polícia Militar da Bahia, Edmundo Juskevics.

---

<sup>155</sup> CORRÊA, op. cit., p. 53.

## CAPÍTULO 2- LÁ VEM A ‘JIPA’: AS DIFERENTES REPRESENTAÇÕES DA ATUAÇÃO DO CAPELÃO NA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA

Após a deflagração do golpe que depôs João Goulart, e com ele o sistema democrático de governo, era imprescindível para a elite no poder o estabelecimento de instituições e/ou sujeitos que atuassem no papel de manter esta “nova ordem”. Esse foi o caso do Capitão-Capelão da Polícia Militar da Bahia, Edmundo Juskevics, que foi responsável por ações de policiamento ostensivo/repressivo na cidade de Feira de Santana no imediato pós- 1º de abril de 1964. Neste sentido, o objetivo deste capítulo é, portanto, identificar e organizar as diferentes e diversas representações a respeito do Capelão na memória coletiva daqueles que vivenciaram o período e que passariam a identificar no Capelão uma figura de terror.

### 2.1- “O bicho que veio da Europa”: uma breve trajetória do capelão

Neste primeiro momento tentamos apresentar quem foi Edmundo Juskevics, ao identificar particularidades ligadas a sua trajetória, como a vinda ao Brasil e posterior nomeação à Capelania da PM-Ba. Não é o nosso objetivo apresentar uma biografia do sujeito, mas sim, a partir destes elementos, tentar minimamente compreender os fatores da sua transferência e atuação repressora na cidade.

De origem letã, da capital Riga<sup>156</sup>, e filho do casal Stanislao Juskevics e Zuzanna Tics, Edmundo Juskevics nasceu no ano de 1920<sup>157</sup> e faleceu em 1987<sup>158</sup>, com a alta patente de Tenente-Coronel<sup>159</sup>, aos 66 anos de idade e atualmente está enterrado na Capelania Católica onde serviu. Embora fosse letão, Juskevics foi por diversas vezes retratado como Polonês e até como lituano<sup>160</sup>, essa discrepância acerca da nacionalidade, embora pareça irrisória revela um

---

<sup>156</sup> Localizada no Nordeste do continente europeu, Letônia é uma das chamadas Repúblicas bálticas, juntamente com Lituânia e Estônia e que pertenceram ao quadro da União Soviética de 1940 a 1991, após a assinatura do pacto Ribbentrop-Molotov entre União Soviética e a Alemanha Nazista, que possibilitou a invasão dos três Países.

<sup>157</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA. Departamento de Pessoal. **Prontuários de Pessoal Desligados**. Salvador, [1960-1987]. Arquivo PM-BA, Departamento Pessoal. 1 bobina de microfilme, 19 fichas, Filme 36, Flash 30. Ficha 0003/0004.

<sup>158</sup> Ibid., Ficha 0018.

<sup>159</sup> Ibid., Ficha 0019.

<sup>160</sup> A nacionalidade “polonesa” de Juskevics foi relatada em uma série de depoimentos no segundo volume do Relatório Final da CEV, como os depoimentos de Sinval Galeão; Aurélio Dórea; Antônio Albertino Carneiro e Zélia Mattos. Ver: BAHIA, 2016, v. 2, p. 97, 290, 615, 750.

dado importantíssimo: a quantidade de informações discrepantes acerca do mesmo e que demonstra a natureza das representações.

Segundo o Coronel da PM-BA, Humberto Sturaro, que serviu conjuntamente com Juskevics na PM-BA, em matéria publicada no jornal Noite e Dia<sup>161</sup>, Juskevics era graduado em Teologia e Direito Canônico pela Pontifícia Universidade Gregoriana (PUG), por este motivo, conforme relato de Cândido Costa e Silva<sup>162</sup>, foi convidado em 1952, pelo então Cardeal da Bahia Dom Augusto Álvaro da Silva, quando no Vaticano, para atuar como professor do seminário Central da Bahia<sup>163</sup>, presença que se confirmaria dois anos depois, em 1954.

Para além de Juskevics, devemos ressaltar o papel de Dom Augusto Silva, pois foi um legítimo representante do tradicionalismo e conservadorismo da Cúpula da Igreja Católica Baiana<sup>164</sup> e que propagou um feroz discurso de anticomunismo, postura que se faz sentir inclusive em uma de suas cartas pastorais, onde alerta para “O perigo do Comunismo na hora presente”. Trecho da pastoral, publicada no jornal Folha do Norte em 06 de junho de 1964, em que destacou o comunismo como uma espécie inimigo juramentado de Deus e da Pátria: “[...] o inimigo, fará do Brasil o que já tem feito das outras nações, que conseguiu escravizar. Quem o ignora? Ele <ateu> imporá a proscrição de Deus, a apostasia, o sacrilégio [...] mas não é isso que leva ao comunismo ateu?”<sup>165</sup>

Em 1960 Juskevics foi contratado para prestar serviços religiosos à Capelania Católica da Polícia Militar da Bahia<sup>166</sup>, por intermédio da esposa do então Governador do Estado Juracy Magalhães, exercendo assim o cargo de Capelão<sup>167</sup>. Embora o nome da senhora Lavínia Magalhães apareça nas fontes desta pesquisa como a responsável indireta pela contratação do Capelão<sup>168</sup>, não conseguimos identificar de que forma se deu este contato e em que ano. Acerca

<sup>161</sup> QUEM até hoje não ouviu falar do Capelão? **Zé Coió Noite e Dia**, ano 4, n. 197, 16/22 ago. 2002. p. 6-7.

<sup>162</sup> COSTA E SILVA, Cândido. **Entrevista concedida a Diego Freitas Leite de Almeida**. Salvador, 03 dez. 2012.

<sup>163</sup> O Seminário Central era a instituição onde formavam-se os padres da Arquidiocese de Salvador, na década de 1950 funcionava nas instalações de onde hoje encontra-se a Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Ver: COSTA E SILVA, 2012.

<sup>164</sup> SANTANA, 2012, p. 35.

<sup>165</sup> SOBRE o perigo do Comunismo na hora presente. **Folha do Norte**, ano 55, 6 jun.1964. p. 2.

<sup>166</sup> Dedicada ao culto Mariano, a Capela Nossa Senhora da Piedade fica localizada na Rua Polydoro Bittencourt, anexa à Vila Policial Militar do Bonfim em Salvador-BA. Ver: HISTÓRICO da Capelania Católica da Polícia Militar do Estado da Bahia. **Polícia Militar da Bahia**, Histórico. Salvador, 18 set. 2012. Disponível em: <[http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1595&Itemid=671](http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1595&Itemid=671)>. Acesso em: 18 jun. 2018.

<sup>167</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA, op. cit., ficha 0003/0004.

<sup>168</sup> Informação retirada da entrevista do Prof. Cândido (COSTA E SILVA, 2012) e na reportagem do Jornal Noite e Dia com o Coronel Sturaro (QUEM..., 2002, p. 6-7).

de sua função, é importante destacar que em Feira de Santana, Juskevics ficaria majoritariamente conhecido através de seu cargo de Capelão e não por seu nome, exemplo disso são os depoimentos presentes no Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade-BA<sup>169</sup>, sendo que dos dezesseis depoimentos que citam o Capelão, apenas cinco mencionam o nome. Esclarecemos ainda que Capelão é um ministro religioso responsável por uma atividade de assistência religiosa, podendo atuar em diversos segmentos, como corporações militares e hospitais.

Ainda referente ao ano inicial da década de 60, um episódio vivido por Juskevics merece destaque: a benção matrimonial proferida a um colega padre que “largou a batina”. Segundo o Professor Cândido Costa e Silva, que foi aluno de Juskevics no seminário Católico na segunda metade de 1950, o [ex] Padre “[...] acertou com Padre Edmundo, Capelão da Polícia, uma missa na Capela de Dendezeiros, na Capelania da Polícia, e após essa missa o Padre Edmundo pronunciou a bênção sobre esse Padre e sua esposa.”<sup>170</sup> Este ocorrido também foi relatado pelo padre e militante de política social à época da ditadura e que também foi discente do Capelão no Seminário Central, Antonio Albertino Carneiro, que destacou que:

Agora, é bom ver o que foi que aconteceu. Por que Padre Edmundo veio para cá? Ele veio para cá, não foi por nomeação nenhuma, de nenhum bispo. Ele veio expulso da Arquidiocese de Salvador, porque ele era muito amigo de Padre Oldegar que estava casando sem licença do Papa e a família da noiva dele não aceitava de jeito nenhum que eles fossem morar junto, sem a benção do padre. Aí, o padre Edmundo disse: ‘Tem nada não. Vocês vão, fiquem lá na frente que na hora que eu der a benção final, vocês tiram um retrato e levam para a família dela’. E foi isso que fizeram [...].<sup>171</sup>

Após essa benção, o Cardeal Dom Augusto (o mesmo que foi responsável pela vinda de Juskevics à Bahia) o afastou da condição de ministro religioso, sem poder ministrar missas ou atos litúrgicos. A respeito disso, Carneiro completou que: “[...] Quando Dom Augusto soube disso, ficou tão revoltado, disse: “que história é essa? Você está infligindo um ato litúrgico. Você está suspenso. Não celebra mais aqui em minha Arquidiocese.”<sup>172</sup> Essa situação é relevante pois, de modo especulativo, pode explicar a causa de Juskevics ater-se, quando em Feira, ao trabalho ostensivo. Mas que claramente, podendo ou não realizar liturgias, extrapolava as suas atribuições de Capelão.

---

<sup>169</sup> BAHIA, 2016, v. 2.

<sup>170</sup> COSTA E SILVA, 2012.

<sup>171</sup> BAHIA, op. cit., p. 616.

<sup>172</sup> Ibid., p. 616.

No período que permaneceu em Feira de Santana, que segundo as fontes foram aproximadamente dois anos<sup>173</sup>, Edmundo Juskevics ficou conhecido por sua atuação repressora e arbitrária na cidade, imbuído de um profundo sentimento de anticomunismo. Este *modus operandi* do Capelão pode ser compreendido se levarmos em consideração, conforme as fontes, que, além de ter servido ao Exército em seu País, “[...] chegando ao posto de Sargento de Infantaria”<sup>174</sup>, o mesmo sofreu torturas na Letônia, pela URSS. Sobre isso, Antônio Carneiro destacou que: “[...] Esse Capelão, ele veio praticamente fugido de lá da Polônia, fugido do comunismo, foi torturado por ele e, por isso, trazia um ranço disso [...]”<sup>175</sup>, No entanto, o depoente, mais à frente, esclareceu que “[...] ele veio para cá como Capelão e não era para sair como saiu, fazendo, [ameaças, atrocidades] correndo na cidade, não era isso.”<sup>176</sup>

Deflagrado o golpe, no início de abril, a presença de Juskevics se faz sentir verdadeiramente em Feira de Santana, que teria vindo com atribuição de fiscalizar a cidade e, podemos afirmar ‘livrá-la do mal do comunismo’, para tanto, nos baseamos na afirmação de Corrêa de que “Feira de Santana, no primeiro momento do golpe, foi tida como ‘cidade vermelha’, enquadrada no esquema de segurança nacional [...]”<sup>177</sup> Um claro exemplo desta interpretação é o relato de Sturaro, sendo o envio do Capelão derivado “por indicação do Bispo, que queria combater os ‘comunistas’ (Feira era tida na época como um grande ‘foco’ de comunista) Temia-se também a proliferação de ideais comunistas dentro do 1º B.P.M. [...]”<sup>178</sup> Desviando um pouco da interpretação de Sturaro, para Hugo Silva o motivo da transferência de Juskevics foi devido a um pedido feito por membros da elite da cidade para acabar com a desordem que, de acordo com o entrevistado, reinava na cidade, segundo ele:

[...] tenho razões para acreditar que eles [membros da elite da cidade] pediram providências, aquele trecho entre o sobrado da Euterpe e a Praça, de dez horas da noite em diante, dia de sexta ou sábado, tinha uns bares, onde o ‘pau comia dia e noite’. Os becos todos de Feira eram infiltrados e de noite as mulheres iam para a rua, claro, gozar a vida e arranjar freguês. Feira era uma cidade anti-família! aí o Capelão meteu medo em todo mundo aqui. Todo mundo tinha medo do Capelão, ‘lá vem o Capelão!’ ele ficava ali na praça correndo, todo mundo que passava ele chamava, ‘corria’ o sujeito, tomava o revólver e ninguém sabe que destino ele dava a esse armamento, ninguém nunca procurou saber. O que eu sei é que ele pacificou a Feira.<sup>179</sup>

<sup>173</sup> Dentre estas fontes podemos citar o depoimento de Aurélio Dórea, no 2º volume do Relatório da CEV (BAHIA, 2016, v. 2, p. 290) e o relato do Coronel Sturaro no Jornal Noite e Dia (QUEM..., 2002, p. 6-7).

<sup>174</sup> QUEM..., 2002, p. 7.

<sup>175</sup> BAHIA, 2016, v. 2, p. 615.

<sup>176</sup> Ibid., p. 616.

<sup>177</sup> CORRÊA, 2009, p. 110.

<sup>178</sup> QUEM..., op. cit., p. 7.

<sup>179</sup> SILVA, 2012.

A fim de buscar atestar as reais causas da transferência do Capelão, se por indicação para combate ao comunismo, ou por solicitação, intentamos verificar junto aos registros da Polícia Militar sobre Juskevics, contudo, a informação identificada foi de que na data de 12 de março de 1964, Juskevics havia recebido ordem, ou para ser mais literal, “determinação”, para o 1º Batalhão de Polícia Militar de Feira de Santana (1º BP/FS), recebendo inclusive uma ajuda de custo, à época de 88.000,00 Cruzados<sup>180</sup>.

Baseado nesta informação, um questionamento, sem resposta até o momento, há de ser feito: Se o Capelão chegou ainda em março, ou nos primeiros dias de abril, teria ele participado da Prisão de Chico Pinto? E por que não vemos menção alguma a este sujeito nas reportagens do Jornal Folha do Norte sobre a Marcha da Família com Deus pela Democracia em Feira de Santana, já que se tratava de um “legítimo representante” da espada e da bíblia?<sup>181</sup>

## 2.2- “Jesus-Maria-José”: o Capelão sob a ótica de Muniz Sodré em “O bicho que chegou a Feira”

Para além do registro oral/depoimentos, a atuação do Capelão em Feira de Santana pode ser constatada na literatura, através da obra “O Bicho que chegou a Feira”, do baiano Muniz Sodré. Jornalista e Doutor em Letras, este exerceu por seis anos o cargo de Presidente da Fundação Biblioteca Nacional<sup>182</sup>.

Em um pequeno romance, que pode ser denominado de romance histórico, por mesclar aspectos fantasiosos com personagens reais, como o próprio Capelão e outros inspirados em indivíduos que conviveram com o autor, Sodré apresenta uma Feira de Santana ainda bastante marcada por tradições e misticismos, uma Feira da infância do autor, e que tem sua dinâmica alterada pela vinda de um bicho, que nada mais foi do que o Capelão Edmundo Juskevics, e com ele o terror da Ditadura Militar.

Nesta saga o personagem principal é o mulato Antônio Pereira das Neves, o Antão, que vive com temor a chegada do Bicho. Contudo, podemos arriscar dizer que para além de Antão o real protagonista é a própria cidade, que como já dito, era caracterizada por misticismos, tal

---

<sup>180</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA, op. cit., ficha 0012.

<sup>181</sup> A única menção ao Capelão no Folha do Norte foi uma reportagem intitulada: “Capelão da PM fala aos evangélicos”, sendo a pauta principal da palestra o tema “Comunismo e Democracia”. Ver: CAPELÃO da PM fala aos evangélicos. **Folha do Norte**, ano 55, n. 2876, 6 jul. 1964. p. 1.

<sup>182</sup> Sodré foi Presidente da Biblioteca Nacional de 2005 a 2011. Ver: CABRAL, Muniz Sodre de Araujo. **Currículo Lattes**. 07 jun. 2018. Disponível em:<<http://lattes.cnpq.br/5048383145015647>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

qual o costume de marcar as soleiras das portas com o Símbolo-Salomão: o “Jesus-Maria-José”, prática inclusive apresentada como uma proteção à chegada iminente do Bicho<sup>183</sup>.

Neste ínterim, apresenta personagens marcantes, como o contabilista e poeta Fernando Lopes; o advogado e professor do Colégio Estadual, Celso Reis, revelado como um agente disfarçado da ditadura<sup>184</sup>; o Dr. Osmundo, médico que pregava o desenvolvimento de uma ciência moderna; e o próprio “Vô Alípio”, representante da cultura e sabedoria popular, além de grande confidente de Antão.

Chama a atenção o fato de diversos personagens terem sido inspirados em ‘sujeitos reais’, à exemplo do próprio Antão, que teve como base o pai do autor. Sobre isto, Sodré em entrevista concedida à *A Pala re-vista*<sup>185</sup>, relatou que, assim como o protagonista, seu pai era uma figura um pouco folclórica e que valorizava duas coisas na vida “cultura e VALENTIA”<sup>186</sup>, características bastante marcantes em Antão. Acerca dos demais personagens, podemos considerar, ou melhor, supor, que o Dr. Celso Reis teria sido inspirado no também advogado Hugo Silva, que assim como a personagem foi professor do Colégio Estadual de Feira de Santana<sup>187</sup>; e o Poeta Fernando Lopes, segundo o autor também inspirado em um ‘sujeito real’<sup>188</sup>, que se assemelha com Antônio Lopes, poeta e jornalista e que, segundo o depoente Wilson Mário Silva, em 1964 trabalhava na redação do jornal *Gazeta do Povo*<sup>189</sup>.

Chegado o mês de maio, e com ele o “cacete-armado” da Ditadura, teoria formulada pelo poeta Fernando Lopes onde “[...] cacete-armado era qualquer negócio que se improvisava para ganhar dinheiro [...]”<sup>190</sup>, eis que o Capelão surge na cidade, com a missão de combate ao comunismo e propagação de ideais de modernidade. Erigindo-se como um verdadeiro cruzado contra os ‘vermelhos’, o Capelão, na obra, pregava inflamada retórica. Para ele:

Vocês ainda não perceberam toda a extensão do Mal que vem do Leste da Terra e que se apodera das almas indefesas. Não entendem também a responsabilidade que temos

<sup>183</sup> SODRÉ, Muniz. **O bicho que chegou a Feira**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991. p. 12.

<sup>184</sup> *Ibid.*, p. 102-103.

<sup>185</sup> A *Pala re-vista* foi um editorial idealizado por estudantes de História da UEFS que pensava a discussão de uma História voltada para o regional. A entrevista concedida por Sodré fez parte da “edição-piloto”, e foi fruto da aula-magna no semestre 2009. I proferida pelo autor na Universidade. Ver: ENTREVISTA com Muniz Sodré. **A Pala re-vista**, Feira de Santana, ano 1, n. 1, p. 59-61, 2010.

<sup>186</sup> Em entrevista concedida à *A Pala re-vista*, Sodré relatou que se inspirou em seu pai para compor o personagem Antão. Ver: ENTREVISTA..., 2010, p. 61, grifo do autor.

<sup>187</sup> Conforme entrevista, o depoente afirmou que em 1964 era professor dos colégios Estadual e Santanópolis, além de atuar como jornalista; vereador e advogado. Ver: SILVA, 2012.

<sup>188</sup> ENTREVISTA..., 2010, p. 61.

<sup>189</sup> BAHIA, 2016, v. 2, p. 367.

<sup>190</sup> SODRÉ, 1991, p. 36.

nós, homens de farda, homens de Deus, quando se trata de proteger o rebanho de Cristo. [...] O amor à pátria impõe sacrifícios, impõe ordem para que venha o progresso, e temos de manter isto na cabeça dos jovens.<sup>191</sup>

Este ódio exacerbado é ‘explicado’ no romance, como sendo consequência da morte dos pais pelos comunistas<sup>192</sup>. Os “inimigos de Cristo”, assim como as tradições da cidade são vistos, portanto, como verdadeiros entraves ao Progresso, ‘condição’ essa que foi frequentemente difundida pelo vilão, que enxergava até na forma com que as pessoas andavam na cidade um empecilho à agilidade da modernidade. Como exemplo disto, em diálogo com Antão, o Dr. Osmundo disparou: “vocês já viram como ele anda na rua? Ligeiro, ele é ligeiro em tudo que faz. E me convenceu de que tudo que é moderno é muito rápido, de que é irritante a lentidão com que as pessoas agem e caminham em Feira.”<sup>193</sup> Referente à esta “missão do Capelão”, Sodré continuou: “[...] O padre-armado apresentava-se, assim, como um missionário da modernização, empenhado em salvar almas da ameaça comunista e acabar com os anacronismos que entravavam o progresso.”<sup>194</sup>

Como que respaldado por estas duas bandeiras, o Capelão, segundo a obra, cometeu arbitrariedades que causavam estranheza a todos, como no caso do corte do cabelo grande de um jovem estudante, que assistia à situação horrorizado<sup>195</sup>, e que para o policial, a moda de “cabelo grande” era uma “modernidade” desnecessária. Mais um ponto da atuação do Capelão que chama atenção na obra é a prisão de Fernando Lopes que foi proibido pelo “sacerdote das armas” de proclamar poemas picantes<sup>196</sup>, demonstrando assim que além de um arauto do modernismo, o Capelão pretendia-se como uma espécie de guardião da moral.

Outra característica de destaque é a associação do Capelão com o tão temido bicho, que Sodré apresenta na forma uma serpente, a impiedosa rabo-de-veludo. Como exemplo desta associação, o autor nos apresenta quase que uma transformação do sacerdote em uma víbora, ao “trocar de pele” tal qual um ofídio<sup>197</sup>. Essa “transformação” é derivada de uma espécie de “defesa mística” da terra, em resposta à falta de respeito do Capelão pelos usos e costumes do povo feirense.

---

<sup>191</sup> Ibid., p. 68-69.

<sup>192</sup> Ibid., p. 58.

<sup>193</sup> Ibid., p. 58.

<sup>194</sup> Ibid., p. 58.

<sup>195</sup> Ibid., p. 25-27.

<sup>196</sup> Ibid., p. 66-71.

<sup>197</sup> SODRÉ, 1991, p. 137.



Por fim no penúltimo capítulo, Sodré identifica para o leitor que o real motivo da transferência do Capelão para a cidade deveu-se à um velho motivo: a manutenção da elite no poder. Nas palavras do autor:

[...] Pois, assim parando e pensando, assim foi que Antão percebeu, o corisco da verdade lhe atravessando o corpo como raio ordinário em dia de trovoada, quem botou o jegue em cima do pé de pau, que havia dinheiro e interesses sem confissão possível por detrás do terror. A modernidade pregada pelo Capelão pertencia à antiguidade dos interesses, era coisa dos mandões de sempre, os velhos udenistas, pessedistas, fosse lá quem fosse, mas sempre velhos. [...] Antão percebeu que o golpe, o cacete-armado do mando, era o modo permanente de governo dos que se achavam escolhidos pelo destino para mandar no mundo.<sup>198</sup>

Dessa forma, complementando ainda que “[...] cada modernizador é um golpista visceral [...]”<sup>199</sup>, Sodré encerra sua obra transmitindo para o leitor a visão de uma Feira de Santana marcada pelo golpe civil-militar e pelo temor ao Capelão.

### 2.3- O capelão visto pela historiografia

Muito tem se avançado na compreensão das causas e impacto da Ditadura Civil-Militar na cidade de Feira de Santana, que carecia de pesquisas de fôlego com tal objetivo<sup>200</sup>. Contudo, muito pouco foi discutido sobre a atuação do Capelão na cidade, limitando-se à uma pequena série de trabalhos acadêmicos — sobretudo de pesquisadores da UEFS — que citaram Juskevics por ter sido o repressor dos primeiros anos da ditadura na cidade e detiveram-se sobremaneira na visão apresentada por Muniz Sodré.

Nesse sentido, com objetivo de analisar a retomada do paço municipal pela UDN, Ricardo Campos<sup>201</sup> abordou a perspectiva de Juskevics enquanto repressor, ou melhor, encarregado do “expurgo” nas ruas (e do controle da subversão comunista) que já vinha sendo realizado administrativamente pelo prefeito Joselito Amorim<sup>202</sup>. De forma semelhante a Campos, Diego Corrêa, que em sua dissertação propôs a análise do projeto de modernização e

---

<sup>198</sup> Ibid., p. 145-146.

<sup>199</sup> Ibid., p. 146.

<sup>200</sup> Uma dessas pesquisas que tomam o golpe na cidade como objeto é o trabalho monográfico de Ricardo Campos, publicado no início de 2010. Ver: CAMPOS, 2010.

<sup>201</sup> CAMPOS, op. cit., p. 72-74.

<sup>202</sup> Vereador pela UDN e Presidente da Câmara feirense, Amorim tomou posse como prefeito no dia da cassação do então prefeito Chico Pinto. Parte da atuação de Amorim à frente da gestão municipal será melhor trabalhada no tópico seguinte.

urbanização de Feira, constituído na gestão de João Durval, tratou do assunto citando a literatura de Sodré e ressaltando o papel do Capelão enquanto um modernizador e “higienista”. Para o autor:

O famoso ‘bicho’ era, na verdade, o capelão Militar Edmundo Jukevics, que em suas ações perseguiu pessoas que supostamente eram a antítese do comportamento necessário para a consolidação da ‘revolução’. [...] Muniz [Sodré] apresenta o capelão como baluarte do discurso da modernização e da nova moral que deveria acompanhar os empreendimentos para uma Feira de Santana atualizada com padrões nacionais de produção e consumo [...].<sup>203</sup>

Esses discursos ‘modernizantes’ pregados por Juskevics fizeram-se sentir também na dissertação de Larissa Pacheco<sup>204</sup> que, valendo-se de um trecho da obra de Sodré, — em que o personagem Zuão Preto se queixa com Antão sobre a determinação do Capelão proibindo que galinhas e outros animais fossem carregados de “cabeça para baixo”, ocasionando transtorno aos feirantes, que teriam suas roupas sujas pelos animais, agora carregados de “cabeça para cima”<sup>205</sup> — constatou que essa “modernização” estendia-se ao universo das feiras populares, através de códigos de postura municipais, como um código datado de 1967<sup>206</sup> que dentre outras determinações, impunha regras sanitárias para o transporte de animais, como no caso supracitado. No entanto, a autora salientou que embora essa legislação tenha de fato acontecido, não foi possível constatar se, e até onde Sodré inspirou-se em tal norma para narrar o “ocorrido”<sup>207</sup>.

Sem citar necessariamente “O bicho que chegou a Feira”, Juvenal Janaino Santana<sup>208</sup> — em seu trabalho monográfico pretendeu analisar as relações entre o clero feirense e o campo político de Feira de Santana. Neste sentido, de 1962 a 1974, buscou constatar os discursos de anticomunismo de uma Igreja Católica que em um primeiro momento, apoiou o golpe civil-militar — apresentou Juskevics como o agente de repressão da Ditadura, imbuído da missão de controle da ordem social<sup>209</sup>.

---

<sup>203</sup> CORRÊA, 2009. p. 54-55.

<sup>204</sup> Sob a perspectiva da História Social do Trabalho, Pacheco buscou analisar as relações e modos de trabalho e regulamentação dos vendedores de alimentos da Feira Livre em Feira de Santana, para isso delimitou um recorte de 30 anos (1960-1990), que perpassou quase todo o período de duração da Ditadura brasileira. Ver: PACHECO, 2009.

<sup>205</sup> SODRÉ, 1991, p. 74.

<sup>206</sup> PACHECO, 2009, p. 126.

<sup>207</sup> Ibid., p. 125-126.

<sup>208</sup> SANTANA, 2012.

<sup>209</sup> SANTANA, 2012, p. 61-62.

Foi Santana quem primeiro localizou a reportagem no Folha do Norte que faz menção à palestra concedida por Juskevics no templo da Primeira Igreja Batista de Feira de Santana, sendo que o “tom do discurso”, segundo a nota, teria sido a narrativa do Capelão acerca de sua própria infância na União Soviética “[...] revelando para os presentes a verdadeira face do regime vermelho.”<sup>210</sup> Para o autor, “[...] a notinha do jornal evidencia as relações de proximidade entre diversos segmentos, inclusive religiosos quando o assunto era o comunismo. Pelo visto não foi só a Igreja Católica tradicional que atuava enquanto instituição religiosa no combate do comunismo na cidade.”<sup>211</sup>

Indo por outro viés, a dissertação de Maria Carolina Santana sobre os discursos moralistas e de gênero a respeito da prostituição feminina em Feira de Santana<sup>212</sup>, revela um aspecto bastante interessante: o fato de o Capelão ir durante a noite nos prostíbulo da cidade e “conduzir” os homens (casados) de volta para suas residências, mas não sem antes detalhar às esposas onde os maridos estavam. Essa atitude era “vista com bons olhos” pelas esposas, que enxergavam no Capelão um defensor da moralidade. Conforme a pesquisadora,

Para essas donas-de-casa, essas ações representavam o combate à prostituição, e elas expressavam apoio ao Padre-militar. Dona Robélia [uma ex-prostituta entrevistada durante a pesquisa de Silva] tinha uma boa imagem dele, conta: ‘O povo falava muito dele, eu não tenho o que falar. O capelão era uma pessoa maravilhosa, ele queria o que um policial digno quis, quer... ele não queria nada de violência, queria que dormisse cedo (*sic*)’.<sup>213</sup>

A fala de Dona Robélia se constitui em um contraponto interessante nas representações sobre o Capelão, distanciando-se do “senso comum”, pois segundo Silva, a Polícia à época não entrava em conflito com as “zonas de prostíbulo”, embora o meretrício fosse uma atividade onde existia certa discriminação social<sup>214</sup>. Aparentemente contraditório, devido ao papel de “representante da moral” por parte do ‘PM- religioso’, o não confronto da Polícia pode ser explicado (sobretudo) devido ao fato da repressão de Juskevics ter tido um cunho mais político.

Ainda referente a particularidades sobre a atuação do Capelão, podemos citar a dissertação de mestrado do Prof. Clédson Moraes “Um entrecruzar de histórias, símbolos e

---

<sup>210</sup> CAPELÃO..., 1964, p. 1.

<sup>211</sup> SANTANA, 2012, p. 62.

<sup>212</sup> SILVA, Maria Carolina Silva Martins da. **Nas veredas dos discursos moralistas: a honra das mulheres em Feira de Santana (1960-1979)**. 2009. 164 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

<sup>213</sup> *Ibid.*, p. 136.

<sup>214</sup> *Ibid.*, p. 135.

estórias: o cordel iconográfico de Lênio Braga” que explora o aspecto da associação do Capelão com o simbolismo do “Bicho da Feira”. Em um âmbito da História Cultural, a pesquisa propõe-se a analisar cuidadosamente o painel iconográfico presente na Estação Rodoviária de Feira de Santana e seus diversos simbolismos.

Confeccionado pelo artista de renome internacional Lênio Braga – que era um crítico da Ditadura sendo perseguido por ela em 1968<sup>215</sup> –, o painel estende-se por um total aproximado de 33 metros quadrados, que Moraes sistematizou em uma divisão de cinco painéis e é uma grande mostra da Cultura do povo feirense. A parte que nos interessa é o painel de número três, que concentra as figuras que evocam horrores humanos, e é justamente neste ponto que está localizada a iconografia de um bicho [monstro] negro com asas quadradas e corpo de serpente juntamente com os dizeres “O Bicho que está aparecendo em Feira de Santana” (figura 1), que conforme o autor foi resultado da associação de uma antiga lenda de Feira de Santana, O “Bicho da Feira”, com o Capelão.

Figura 1 – Representação do Bicho da Feira/Capelão no painel nº 3



Fonte: Arquivo pessoal do autor.<sup>216</sup>

<sup>215</sup> MORAIS, Cledson José Ponce. **Um entrecruzar de histórias, símbolos e estórias: o cordel iconográfico de Lênio Braga**. 2002. 229 f. Dissertação (Mestrado)- Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2002. p. 30.

<sup>216</sup> Fotografia do painel iconográfico na Estação Rodoviária de Feira de Santana, confeccionado pelo artista Lenio Braga. Ver: ALMEIDA, Diego Freitas Leite de. **Associação do Bicho da Feira/Capelão**. 20 jun. 2018. 1 fotografia, color., 20 cm x 15 cm.

Este bicho seria derivado do boato de uma espécie de besta folclórica que deflorava moças e devastava os animais, que circulou entre os anos de 1940-1950. Este ser simbólico ficou conhecido ainda como “Bicho do Tomba” e instaurou um pânico tal na cidade, que as pessoas evitavam sair à noite. Como forma de proteção a este “primeiro bicho” desenhava-se na porta das casas o símbolo-salomão (“JMJ”)<sup>217</sup>. Acerca desta associação, Moraes destacou que:

Nesse sentido, por ocasião da pesquisa em Feira de Santana para execução do painel da rodoviária, Lênio tomou conhecimento da antiga história do ‘Bicho da Feira’, e, como era dotado de um espírito extremamente crítico, percebeu claramente o quanto poderia aproveitar-se disso para representar seu protesto contra o regime militar [...]. No contexto feirense, o terror era provocado pelo representante do exército em Feira, o capelão militar Edmundo Juskevics, que Muniz Sodré evidenciou no romance **O Bicho que chegou a Feira** e que Lênio quis, no painel, caracterizar como o ‘novo’ Bicho da Feira.<sup>218</sup>

Como fica evidente, a atuação repressora de Juskevics ultrapassou a oralidade e foi representada no viés da Cultura, através do trabalho de Braga e do romance de Sodré. Ademais, fato notório é a associação presente no painel de Braga e no “Bicho que chegou a Feira” ao Capelão com a figura de uma serpente, um antigo símbolo bíblico ligado ao pecado e à maldade, o que dá a entender que ambos se valeram dessa metáfora para formular suas representações do Capelão enquanto agente do terror.

Essas diversas pesquisas ao tratarem do Capelão enquanto repressor; modernizador; defensor da moral; anticomunista e personificação do terror, acabam por somar na contribuição da apresentação e compreensão da atuação do sujeito na cidade e, conseqüentemente, nas representações sobre o mesmo.

#### 2.4- Lá vem a “Jipa”: as representações sobre a repressão de “Edmundo-Capelão” em Feira de Santana

Conforme apresentado, as diversas visões sobre Juskevics giram em torno do trinômio repressor-modernizador-guardião da moral, assim, a que conclusões se pode chegar? Nesse sentido, deve-se perceber que as práticas do Capelão em Feira de Santana conduziram à criação de representações sobre ele, pois, toda Representação surge de Práticas e, conforme Chartier,

<sup>217</sup> MORAIS, 2002, p. 149.

<sup>218</sup> Ibid., p. 32, grifo do autor.

“[...] a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objecto ausente através da sua substituição por uma <<imagem>> capaz de o reconstruir em memória e de o figurar tal como ele é [...]”<sup>219</sup> Assim sendo, toda prática tem como consequência inevitável uma representação e no caso do Padre Edmundo, sua atuação enquanto encarregado da repressão gerou representações ou simbolizações.

Dessa forma, o que se tem são relatos (memórias) de indivíduos que muito tempo após o ocorrido são convidados a compartilhar a imagem que guardam do Capelão e, de antemão, esses relatos (em sua maior parte) são dotados de um aspecto político, ou melhor, de resistência política, de feirenses que foram direta ou indiretamente afetados pelas atrocidades cometidas pelo Letão.

Para tanto, o Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade- Ba, em uma série de depoimentos presentes no segundo volume (sendo um total de dezesseis que citam o Capelão) revela, juntamente com outras fontes, indícios da atuação repressora de Juskevics e representações de imaginário. Para fins de esclarecimento, escolheu-se dar enfoque na repressão, devido às outras representações orbitarem em torno desta. Contudo, antes da apresentação das fontes e do Relatório em si, faz-se necessária a apresentação do contexto político-administrativo da cidade sob o qual está inserida (e que possibilita) a repressão policial do Capelão.

Após a cassação do mandato de Francisco Pinto, como já citado, o paço municipal foi ocupado pelo udenista Joselito Amorim, que governou de 1964 a 1967 e teve como característica de sua gestão a apresentação de um projeto modernizador para a cidade juntamente com o encargo de “livrar” o funcionalismo municipal do “espectro do comunismo” da gestão anterior.

Beneficiário de um grande prestígio junto a seus partidários da UDN feirense<sup>220</sup> empreendeu um grande “expurgo” na prefeitura, através de exonerações de funcionários e administradores de distritos, que, segundo Campos, “[...] aconteceram nos primeiros dias de mandato, e antes de julho de 1964 a nova estrutura de funcionários da prefeitura estava montada.”<sup>221</sup> Ainda conforme este autor, essas medidas do prefeito, além de estar em

---

<sup>219</sup> CHARTIER, 1990, p. 20.

<sup>220</sup> CAMPOS, 2010, p. 69.

<sup>221</sup> Ibid., p. 73.

conformidade com o contexto nacional de quebra de direitos civis e políticos, através do AI-1, serviu como meio de punição àqueles que foram contrários à cassação de Pinto<sup>222</sup>.

No aspecto das medidas de seu governo, Amorim não destoou do discurso nacional, buscando agir como um fomentador das bases de um projeto de modernização e industrialização para a cidade (que seria o “carro-chefe” de seu sucessor). Exemplo desta modernização (em prol do comércio) foi a construção da estação rodoviária da cidade<sup>223</sup>, a mesma que apresenta o painel confeccionado por Lênio Braga. Neste sentido, não é de se admirar que as atuações do prefeito e do policial tenham tido tamanha sincronia, personificada através do “saneamento” do administrativo e das ruas.

Retornando à análise da atuação de Juskevics na cidade, o Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade-Ba (composto por dois volumes) foi fruto dos trabalhos de coleta e pesquisa da CEV-BA, em um período total de quase três anos<sup>224</sup>, que em consonância com a Comissão Nacional da Verdade<sup>225</sup> buscou identificar e apurar as diversas violações aos direitos humanos cometidos na Bahia pelo regime ditatorial, bem como evidenciar os casos de mortes; torturas e desaparecimentos, conforme o Decreto de criação da CEV-BA, nº 14.227/2012, que no seu artigo 1º propunha que:

[...] Fica criada, no âmbito da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia, a Comissão Estadual da Verdade, com a finalidade de auxiliar a Comissão Nacional da Verdade a examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, no território do Estado da Bahia, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica no Estado da Bahia e contribuir para a promoção da reconciliação nacional.<sup>226</sup>

A cidade de Feira de Santana teve papel de destaque, tanto nos trabalhos da comissão quanto no relatório (especialmente no segundo volume), sendo o local que sediou a primeira

---

<sup>222</sup> Ibid.

<sup>223</sup> CORRÊA, 2009, p. 59-60.

<sup>224</sup> Este é o período que engloba a composição da comissão, ou início dos trabalhos, até a conclusão do Relatório e encerramento das atividades, de agosto de 2013 à abril de 2016. Ver: BAHIA. Comissão Estadual da Verdade. **Relatório de atividades**: agosto 2013/abril 2016: volume 1. Salvador, [2016?]. Disponível em: <<http://www.comissaoestadualdaverdade-bahia.uneb.br/relatorios.html>>. Acesso em: 12 mar. 2018. p. 11.

<sup>225</sup> Fruto de dois anos e sete meses de trabalho, o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade teve como objetivo averiguar e discutir os crimes contra os Direitos Humanos praticados pelo regime civil-militar brasileiro. O Relatório é dividido em três volumes e está disponível no sítio eletrônico da Comissão Nacional da Verdade. Ver: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014. 3 v. Disponível em: <[http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=571](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571)>. Acesso em: 16 jun. 2018.

<sup>226</sup> BAHIA, 2016, v. 1, p. 17-18.

Audiência Pública de tomada de depoimentos e que contou com o maior número de audiências e de pessoas ouvidas, somando nove audiências e 37 pessoas ouvidas, sendo que ao todo foram dezoito audiências e sessenta e sete pessoas ouvidas<sup>227</sup>.

Por tudo isso, o Relatório final da Comissão Estadual da Verdade da Bahia constitui-se como um importante mecanismo para a real compreensão da dimensão da ditadura no Estado. A título deste trabalho monográfico, centrar-se-á os esforços no segundo volume do relatório por ser o tomo dos depoimentos em si. Para uma melhor compreensão do leitor, alguns depoimentos presentes no relatório serão intercalados com outras fontes.

Ponto que merece destaque acerca do Golpe na cidade, e que aparece constantemente no relatório, é o papel da AFES (Associação dos Estudantes Secundaristas de Feira de Santana) no cenário político feirense. Para Ana Maria Santos — que analisou o ensino secundário público da cidade, no contexto da Ditadura — a instituição, que era a segunda organização estudantil de maior prestígio no Estado da Bahia (na década de 1960) e que coordenava os grêmios estudantis da cidade, teve participação ativa no chamado “Quebra-Quebra” da Câmara<sup>228</sup> e diversos de seus dirigentes foram perseguidos e presos na Ditadura que se seguiu por, além da militância política, comporem o quadro administrativo da gestão Francisco Pinto<sup>229</sup>.

A AFES teve sua sede invadida pela Polícia logo nos primeiros dias do golpe<sup>230</sup>, contudo, embora alguns depoimentos no relatório tenham exposto este fato<sup>231</sup>, não foi citada uma participação direta de Juskevics no ocorrido, por mais que possa se supor, devido à circunstância de já estar exercendo o papel de policial neste momento. Dos depoentes que citaram o Capelão no relatório, pelo menos quatro integraram o quadro de dirigentes da AFES, ou de agremiações similares.

Somando-se aos integrantes da AFES, lideranças políticas e de sindicatos (além dos que haviam apoiado a campanha e governo de Pinto) também sofreram perseguições, repressões e maus tratos, cometidos em grande parte no ano de 1964, pela polícia e em particular, por

---

<sup>227</sup> Ibid., p. 26-27.

<sup>228</sup> SANTOS, Ana Maria Fontes dos. O ginásio municipal no centro das lutas populares em Feira de Santana (1963-1964). *Sitientibus*: Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana, n. 24, p. 31-44, jan./jun. 2001. p. 39-40.

<sup>229</sup> Este cenário pode ser sentido em diversos depoimentos no segundo volume do Relatório final, como no depoimento de Luciano Ribeiro, que chegou a ser um dos dirigentes da AFES e relatou que “[...] Quase todos os dirigentes da AFES estavam no governo, como chefe de gabinete e tal [...]” Embora tenha conhecido o Capelão, Ribeiro não fez menção alguma acerca disso em seu depoimento. Ver: BAHIA, 2016, v. 2, p. 28.

<sup>230</sup> A ação, que ocorreu no dia 04 de abril, foi noticiada pelo Folha do Norte, sob o título: “AFES, centro de subversão”. Ver: AFES, centro de subversão. *Folha do Norte*, ano 55, n. 2867, 4 abr. 1964. p. 1.

<sup>231</sup> Como exemplo, o depoimento de Celso Pereira. Ver: BAHIA, 2016, v. 2, p. 69.



Juskevics, que à bordo de um veículo Jeep, que chamava de “Jipa”, empreendeu diversas “batidas” e cometeu arbítrios à procura de comunistas e das armas que Chico Pinto, supostamente, teria retirado do Tiro de Guerra para resistir ao golpe.

Neste contexto, o advogado Celso Pereira, que à época compunha o quadro de dirigentes da instituição e foi Oficial de Gabinete da Gestão pintista, narrou que ainda em abril foi interrogado e ficou dois dias preso à mando do Capelão. Segundo o depoente Juskevics era o responsável pelos interrogatórios,

[...] Capelão, que era quem interrogava, interrogava, batia. Este..., este Capelão foi quem me interrogou e me fez ficar dois dias preso, meu pai voltou só para casa e lá... ele batendo com um cipó que ele andava, me interrogou. Inclusive com coisas assim inacreditáveis de tão...- tão loucas. Uma das vezes que ele suspendeu o chicote que ele tinha para me bater, foi porque ele me perguntava, ‘Você é do grêmio Francisco Pinto?’ ‘Sou’ ‘Quem era o secretário do Grêmio?’ e eu disse: ‘não tem.’ ‘Como não tem?’ e aí... com aquela fúria em cima de mim [...].<sup>232</sup>

Este caso em que Pereira narra quando foi preso por Juskevics, aparece também no seu depoimento no documentário “Chuvas de Março”<sup>233</sup>: “[...] o famigerado Capelão me tomou um depoimento com vários tapas, com uma varinha que ele usava, tipo um cipó, que costumava bater nas costas e nas pernas dos presos.”<sup>234</sup> Fator interessante é que (além das agressões) entre os dois depoimentos há um interstício de pelo menos 10 anos, sendo que o discurso de Pereira é bastante similar em ambos os momentos.

Semelhante à Pereira, o depoente Aurélio Miguel Dórea foi integrante da AFES e militante ativo do movimento estudantil, e, de modo diferente ao primeiro, não afirmou ter sido preso diretamente pelo Capelão, mas nutria grande pavor pelo mesmo, chegando a referir-se ao ‘padre-armado’ quase como que uma figura fantasiosa. Para o depoente:

[...] alguém tem um estudo sobre um cara chamado Capelão? Ele foi uma figura mítica. Uns diziam que ele tinha sido da SS nazista. Outros diziam que ele era um desertor polonês, mas que se vinculou aos nazistas no campo de concentração. Esse cara implantou um terror absoluto na cidade de Feira de Santana por quase dois anos [...].<sup>235</sup>

<sup>232</sup> BAHIA, 2016, v. 2, p. 70.

<sup>233</sup> Dirigido pelos cineastas Johny Guimarães e Volney Menezes, o Documentário trata do golpe civil-militar em Feira de Santana e para isso traz uma série de entrevistas com sujeitos que viveram o período, muitos dos quais depuseram anos depois na Comissão da Verdade na cidade. O Documentário foi objeto de avaliação para o curso de Pós-graduação “Potências da Imagem”, promovido pela Oficina Cinema e História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Ver: CHUVAS..., 1999.

<sup>234</sup> CHUVAS..., 1999, min. 00:48:25-00:48:50.

<sup>235</sup> BAHIA, 2016, v. 2, p. 290.

Parte deste terror descabido que “emanava” do Capelão é fruto da forma truculenta como agia nas rondas das quais fazia parte, chegando a ser retratado inclusive como um temido “inimigo” dos infantes e personificação do medo: o bicho-papão. Conforme relatou Dórea: “[...] Sei que tinha uma lenda... todos nós fomos crianças uma vez e eu falando bicho-papão, era o que ele era [...] E a mãe falava assim: ‘já vem o Capelão’, e os meninos chispavam pra dentro de casa.”<sup>236</sup>

O depoente Moacir Costa Cerqueira, que assim como os anteriores, também chegou a fazer parte do grupo de dirigentes da AFES e não tinha filiação em partidos de esquerda, sofreu restrições no comércio de que era proprietário e na própria maçonaria, de que fazia parte, contudo, não chegou a ser preso ou torturado. O tom marcante do depoimento de Cerqueira foi o clima de terror e a tortura psicológica instauradas pela Ditadura. Relatou que:

[...] Aquelas prisões efetuadas, aquela pressão que o Capelão exercia sobre as pessoas. Principalmente na noite, foram momentos angustiantes, muito angustiantes para nós que não estávamos presos, não estávamos fugidos, não estávamos sendo perseguidos, mas que vivíamos, e continuamos vivendo na cidade aquele clima difícil para nós. [...] Eu digo e repito, um momento de medo, de terror que se plantou na cidade. Com a participação do Capelão e daquele batalhão de Alagoas, que terminou com a prisão de Chico Pinto [...].<sup>237</sup>

Encerrando o quadro de integrantes e/ou sujeitos que tinham ligações com a entidade estudantil (que citaram o Capelão no relatório), pode-se citar o depoimento de Fidelmário Cerqueira, que era Cabo da Polícia Militar na época do golpe, ligado à Chico Pinto; presidente do grêmio estudantil do colégio municipal (inaugurado na gestão Pintista) e ficou preso durante todo o ano de 1964, acusado de ser comunista. O contato de Cerqueira com Juskevics deve ter se dado no próprio batalhão de polícia, onde o depoente serviu e esteve preso — que à época era localizado na Praça Padre Ovídio, onde hoje encontra-se o deteriorado Palácio do Menor. Por fazer parte da Polícia Militar, forneceu um rico depoimento acerca da atuação de Juskevics, frisando episódios de “defesa da moralidade”, como os destacados na dissertação de Maria Carolina Silva e apresentados no tópico anterior.

Ah, o Capelão era um terror. O Capelão era o terror. Cínico como eu nunca vi na minha vida. Aquele homem era um terror. Se conta a história que ele chegava, não era só com presos políticos não, chegava lá no prostíbulo e pegava alguém que ele

---

<sup>236</sup> Ibid., p. 301.

<sup>237</sup> BAHIA, 2016, v. 2, p. 494.

encontrava lá: Você é casado? Levava lá na casa do cidadão e entregava à mulher dele: ‘Seu marido tava lá ‘no brega’, tava no prostíbulo’.<sup>238</sup>

Logo em seguida, o depoente narrou um caso curioso de arbitrariedade envolvendo Juskevics, que beira à comédia:

Tem um caso de um senhor, que tinha um carro de propaganda topa tudo e ele era conhecido pelo nome do seu carro, da sua instituição. Aí, ele abordou Topa Tudo: ‘Como é seu nome?’. Ele disse: ‘Topa Tudo’, quer dizer, como ele era conhecido. ‘Você não topa é porra de nada’. E aí, porrada no pobre do cara. Jogou na jipa, como ele dizia, ‘bota na jipa’, e metia no fundo do jipe prata do ponto 4. O jipe dado por aquele programa do Ponto 4, do americano MEC-USAID.<sup>239</sup>

Ambos os casos revelam muito bem a natureza da atuação de Juskevics, no entanto, este exemplo do comportamento para com os homens casados nas casas de prostituição, demonstra ainda uma característica bem peculiar, quase que particular do sujeito. Esse zelo pelos “bons costumes” marcou presença em outras fontes, como os relatos orais dos Senhores Hugo Silva (já citado) e Miguel Ribeiro. Para o ex-vereador, O Capelão era uma figura interessante, pois “[...] ia para a rua pegar gente no ‘brega’, levar para a casa do sujeito e dizer para a mulher: ‘olha, ele [marido] estava no ‘brega’ [...]’<sup>240</sup> Contudo, para o entrevistado Juskevics era um sujeito contraditório, pois era chegado à farras e orgias:

[...] O Capelão, muitos anos depois, eu lendo o jornal de Salvador, não me lembro mais quando foi, tava lá: O povo de um prédio pedindo providência contra a baderna que um Capelão Edmundo Juskovicstava fazendo no apartamento dele, cheio de mulheres e farra ‘do diabo’ e ninguém podia dormir, no apartamento dele! Ele era um cara de farra, mulherio [...].<sup>241</sup>

Residente do bairro do Campo Limpo, Miguel Ribeiro, que já foi “vítima” deste “hábito” do padre-armado, em sua entrevista destacou que: “O Capelão chegava na casa da pessoa e informava à esposa: ‘olha o seu homem aqui ó, estava lá no ‘brega’, tomando cerveja com um bocado de mulher.’<sup>242</sup> O entrevistado, quase que uma exceção, não identificou Edmundo como arbitrário, pelo contrário, segundo o depoente (que pegou “carona” algumas

<sup>238</sup> Ibid., p. 608-609.

<sup>239</sup> Ibid., p. 609.

<sup>240</sup> SILVA, 2012.

<sup>241</sup> Ibid.

<sup>242</sup> OLIVEIRA, Miguel Ribeiro de. **Entrevista concedida a Diego Freitas Leite de Almeida**. Feira de Santana, 11 nov. 2012.

vezes na 'jipa'): "O Capelão era uma ótima pessoa. [...] Se andasse direito, o Capelão não mexia com você."<sup>243</sup>

A fala de Ribeiro auxilia no reforço da visão de que a arbitrariedade de Juskevics era direcionada aos que de certa forma (como já dito) constituíam alguma ameaça à Ditadura. Porém, tal conclusão não tem por objetivo diminuir ou dirimir os diversos abusos cometidos pelo mesmo, apenas constatar a natureza das arbitrariedades.

Antes de se apresentar detalhadamente aspectos da repressão coativa cometida pelo Capelão, deve-se discutir o contexto ou panorama social que permearia o período ditatorial. Além da perda dos direitos políticos, a ditadura caracterizou-se pela ordenação das ruas, através de toques de recolher e restrições de reuniões de pessoas. Em Feira de Santana não seria diferente, com toques de recolher instituídos por Juskevics, conforme relatou Monsenhor Luís Rodrigues — que atualmente é professor universitário e clérigo da Paróquia de Senhor dos Passos, em Feira de Santana, mas à época de 1964 era estudante secundarista e participou do "quebra-quebra" da Câmara dos Vereadores em 1963. Em seu depoimento, narrou que com o toque de recolher instituído, Juskevics fazia ronda a partir das 22hs, detendo quem encontrasse.

Quantas vezes, à meia noite, nós fomos correndo para casa porque, segundo a ordem fantasiosa dos ditadores, já sob comando do Capitão Capelão Edmundo Juskevsky, não podia ficar ninguém nas ruas depois das 10 horas. E as aulas terminavam às 10 horas. E ele dava uma tolerância mínima pra gente chegar em casa. Nós saíamos do ginásio correndo para estar em casa antes da rádio patrulha passar. Era aquele jipão, o capitão Edmundo chamava 'jipa'. Pegava e botava na 'jipa' quem estivesse na rua fazendo o que estivesse, porque pra ele tudo era agitação, era comunismo, era etc. Nós passamos muito tempo assim sob essa tortura.<sup>244</sup>

Retornando ao aspecto da violência, alguns depoimentos presentes no relatório demonstram com grande clareza a proporção da repressão empreendida por Juskevics aos contrários ao regime, neste aspecto, pode-se citar os depoimentos de Maria e Alaíde de Jesus Santos, viúva e filha (respectivamente) do operário e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) já falecido, José Pereira dos Santos. Segundo a Sra. Maria Santos, Juskevics — que estava à procura de José Pereira possivelmente para prendê-lo, que, no entanto, já havia saído da cidade, fugindo da Ditadura — chegou ao ponto de colocar/apontar um revólver dentro da boca de um dos filhos do casal, que à época contava com 03 anos de idade, como forma de ameaça. Conforme a depoente: "[...] Aí, o Capelão chegou, tava [sic] o menininho, o Jorge tava

<sup>243</sup> Ibid.

<sup>244</sup> BAHIA, 2016, v. 2, p. 704.

[sic] pequenininho desse tamanhinho assim, ele chegou, tirou o revólver e disse ‘Cadê teu pai?’. Meteu o revólver assim na boca do menino [...] ‘Cadê ele?’ Com o revólver. ‘Cadê ele?’.<sup>245</sup>

Ainda segundo a depoente, a violência gratuita do Capelão não se limitava à violência física, utilizando-se também da agressão psicológica, ao rasgar um cheque que era o único valor que a família tinha<sup>246</sup>. Nesse aspecto, as depoentes revelaram que durante o período da Ditadura na cidade, a família passou por sérias dificuldades financeiras e sociais, pois eram constantemente taxados de comunistas por pessoas do convívio social e pelos parentes.

Essa truculência de Juskevics e da Polícia pode ser constatada também no depoimento de Zélia Alves Mattos, filha de Inocêncio Pereira Alves, mais conhecido como Batata. Militante do PCB e presidente do Sindicato dos Alfaiates de Feira de Santana, fundado por ele em 1945, Pereira Alves foi o primeiro a ser preso após o 1º de abril-64 na cidade, no dia 04 de abril (mesmo dia da invasão da AFES), sendo brutalmente torturado. Foi justamente esse episódio da prisão de seu pai, que Zélia Mattos narrou à Comissão. Segundo a depoente:

[...] ele, na época, foi o primeiro a ser preso aqui em Feira de Santana. E eu me lembro — eu era criança na época — que o pessoal chegou a nossa residência [...] naquela época chamava Capelão, que era conhecido como seu Edmundo, polonês que era foragido. [...] eles invadiram a nossa casa, procurando, ‘Queremos o foragido Seu Batata.’ E ele estava escondido, e eles invadiram, empurrando, me lembro, bateram na gente e na minha mãe, e queriam saber o paradeiro, e descobriram onde ele estava, e já foram espancando, ‘Você é comunista. Vamos ver onde estão as armas’, procurando documentação. [...] Pegaram meu pai e o espancaram, jogaram dentro do jipe do Capelão e foi um fato muito lamentável [...].<sup>247</sup>

As prisões e batidas efetuadas por Juskevics em busca de “subversivos” não eram aleatórias, sendo inclusive executadas mesmo antes da chegada efetiva dos militares ao poder. Exemplo disto foi a prisão do comerciante Francisco Nascimento, que foi preso no dia 31 de março de 1964, sob alegação de comunismo e de possuir armas e rádio amador, fato interessante da prisão de Nascimento é que o nome dele constava em uma lista de pessoas que deveriam ser presas.

Este caso foi citado pela filha de Nascimento, Ana Maria do Nascimento, que depôs na comissão, em memória de seu pai: “meu pai estava retornando de Salvador, onde tinha ido pegar o resultado de exame de um de nossos irmãos e, na volta, ele foi avisado de que o nome

---

<sup>245</sup> Ibid., p. 470-471.

<sup>246</sup> Ibid., p. 472.

<sup>247</sup> BAHIA, 2016, v. 2, p. 749-750.

dele já estava constando na lista como uma pessoa de alta periculosidade, que esta lista estava exatamente com um Capelão que tocou o terror aqui na cidade [...].”<sup>248</sup>

Como já deu para se ter uma noção, essa “caça” aos militantes políticos e sociais pelo Capelão teve início antes da posse de Amorim na Prefeitura, e, pode-se dizer, fundamental para o projeto de saneamento que o regime espalhou pelo País. Esse reflexo de perseguição política foi sentido pelo jornalista Wilson Mário Silva, que em seu depoimento destacou a atuação de seu pai, o também jornalista Walter Livramento Silva que foi dirigente do jornal ‘Gazeta do Povo’ entre 1964 e 1965, além de militante político, segundo Silva:

Ocorre que, antes mesmo do dia 1º de abril, se armou em Feira de Santana toda uma situação para desarmar aqueles que tinham militância política ou aqueles que poderiam resistir. Chegou na cidade um cidadão chamado - todos o conheciam como Capelão - era um policial, que começou a desarmar os políticos de Feira de Santana.<sup>249</sup>

Paralelamente à prisão dos militantes políticos, Juskevics empreendeu uma verdadeira campanha de procura das armas que acreditava estar em posse do ex-prefeito Francisco Pinto e/ou dos que o apoiavam. Nos depoimentos pode-se perceber a constância com que Juskevics questionava seus interrogados acerca das armas, dentre esses, o que abordou essa ‘missão’ do Capelão foi o depoimento de Hildete Galeão dos Santos.

Formada em dança, a depoente foi professora de alfabetização pelo método Paulo Freire em 1964 e trabalhou como fotógrafa no jornal *Gazeta do Povo*. Narrou ainda que foi interrogada pelo Capelão, que estava à procura das armas. Segundo Santos:

[...] Então o Capelão me botou numa mesa sentada com eles, ‘Ah! Você é a moça da peruca.’ Que chamavam Galega da peruca porque eu usava uma peruca, né? ‘É.’ ‘Onde estão as fotos que você tira?’ Eu disse ‘Eu tiro foto de aniversário, trabalho com a sociedade de Feira de Santana para o jornal.’ ‘Mas você sabe onde estão as armas que Chico Pinto guardou?’, ‘Está perto da sua casa’. Ele sabia da minha vida toda! eu disse ‘Ali não é arma não, ali são as lâmpadas para iluminar Feira de Santana’ [...].<sup>250</sup>

No depoimento, para além do interrogatório, destacam-se ainda o contexto artístico de Feira de Santana, já que compunha grupos de teatro e dança. Para além disto, outro ponto

---

<sup>248</sup> Ibid., p. 581.

<sup>249</sup> Ibid., p. 362.

<sup>250</sup> BAHIA, 2016, v. 2, p. 742.

presente no depoimento foi a descrição, pela depoente, da tortura e exílio de seu irmão, Sinval Galeão.

Militante político ativo no período que antecede 1964, Sinval Galeão dos Santos, criou sindicatos em Feira de Santana e foi coordenador do supracitado Método Paulo Freire de Alfabetização, torturado pela Ditadura, exilou-se na Europa. O depoente foi ainda, recentemente, coordenador das atividades da Comissão Estadual da Verdade em Feira de Santana<sup>251</sup>. Em seu depoimento destacou as arbitrariedades praticadas por Juskevics e frisou o clima de terror que o europeu implantou na cidade,

O Capelão veio para aqui na época da Ditadura [...] era a chefia da repressão em Feira de Santana. O capelão era polonês e... muito arbitrário.

Ele chegava aqui, de noite ele saía espancando e prendendo gente, fazendo miséria [...]. Mas, foi uma pessoa que assombrou Feira pela atrocidade, pela truculência, e ele, eu acho que não tinha nada a ver com o golpe militar, ele fazia aquilo por sadismo.<sup>252</sup>

O depoimento de Santos, de maneira similar aos demais, em uma lembrança, para além da atuação de Juskevics, revelou o aspecto da posterior representação sobre o mesmo. Neste sentido, no documentário “Chuvvas de Março”, ao invés de se referir à Juskevics como polonês, tal qual o faz no relatório, se refere como nazista, pois, segundo Santos, “[...] Para caracterizar bem o que era o Capelão, era um Nazista! fugiu da Polônia quando a Polônia foi ocupada pelas forças da União Soviética.”<sup>253</sup> Essa representação revela um fato interessante, a associação do Capelão com o regime implantado por Hitler, um simbolismo de igual terror.

O modo arbitrário com o qual Juskevics conduziu seu trabalho policial foi reconhecido também por sujeitos que não eram de modo algum alvo de sua fúria, tal qual o Prefeito Joselito Amorim, que aproximadamente 35 anos após o ocorrido, comentou sobre a atuação do ‘colega-saneador’, no documentário “Chuvvas de Março”:

O Capelão, ele teve um papel importante na Revolução, embora fosse um religioso, mas ele atuou como se fosse de linha, de tropa, e gostava de à noite quando as patrulhas saíam, ele gostava de participar. Nesse desempenho de policiamento na cidade, em algumas oportunidades cometeu arbitrariedades, talvez em decorrência de ter sofrido algumas decepções, algumas ameaças no seu País, mas muito do que dizem ter praticado o Capitão, é mera lenda.<sup>254</sup>

<sup>251</sup> Ibid., p. 91.

<sup>252</sup> Ibid., p. 97.

<sup>253</sup> CHUVAS..., 1999, min. 00:38:24-00:38:37.

<sup>254</sup> CHUVAS..., 1999, min. 01:07:38-01:20:12.

Embora, de certa forma, busque atenuar os ‘excessos’ cometidos pelo Padre, a fala de Amorim, por outro lado, constitui-se como uma comprovação dos objetivos desta pesquisa: de que sem sombra de dúvidas Juskevics atuou como repressor na cidade, o que acabou por repercutir em representações futuras. Ainda sobre a participação do ex-prefeito na película, uma afirmação do mesmo é bastante esclarecedora — quando questionado se havia combatido os comunistas nos anos sessenta — Amorim destacou: “[...] eu não, a Revolução se propôs a combater, eu ajudei [...]”.<sup>255</sup>

Por toda essa atuação opressiva retratada no Relatório e nas demais fontes, Edmundo Juskevics teria seu nome associado, imediato e posteriormente ao terror, neste sentido, outros depoimentos presentes no Relatório, revelam que quando as pessoas, em especial crianças, ouviam alguma menção ao termo “Capelão” corriam para se esconder. Assim, depoimentos como os de Yara Cunha; Valdeis Ribeiro e Maria Natalice Junqueira Brito, são um bom exemplo e demonstram esse clima de Pânico implementado.

É o caso do depoimento da Professora Yara Cunha — que foi docente do Instituto Gastão Guimarães e militante política à época do golpe e foi presa em 1971. Fato interessante sobre a depoente é que foi a primeira reitora eleita da UEFS, no pós-ditadura. Seu relato merece destaque por conta das memórias que guarda de Juskevics, para Cunha, que residia em Salvador em 1964 e não chegou a conhecer pessoalmente o Letão, “[...] aquele pior período de Feira de Santana, que acho que é caracterizado, de uma forma até um pouco grotesca, na figura daquele Capelão [...]”.<sup>256</sup>

Antiga presidente da Associação de moradores do Bairro da Galiléia e ativa ‘articuladora’ da campanha de Francisco Pinto à prefeitura em 1963, a senhora Valdeis Daltro Ribeiro, a “Dona Pombinha” é mais uma das depoentes no relatório que associaram o Capelão como uma figura de terror, para ela, “[...] Quando dizia Capelão tá em Feira e vai pra Galileia, o povo corria, fechava as portas [...]”.<sup>257</sup>

Criança naquele período, a depoente Maria Natalice Brito guarda viva essas lembranças de terror evocadas pelo Capelão. Conforme nos mostra, a menção ao nome do sujeito era utilizada pelas mães das crianças, que lançavam mão desse ‘recurso’ como forma de assustar as crianças e assim as controlarem, tal qual as histórias de ninar,

---

<sup>255</sup> Ibid., min. 01:07:38-01:20:12.

<sup>256</sup> BAHIA, 2016, v. 2, p. 243.

<sup>257</sup> BAHIA, 2016, v. 2, p. 479.



E, o que eu lembro, é que na rua ali, onde nós brincávamos, esse tal do Capelão, que a gente não sabia o que era, é como se a polícia hoje. E o pessoal, na nossa rua não passava carro, era uma rua simples, cheia de buracos, e quando a gente avistava uma bicicleta, alguém gritava, 'Lá vem o Capelão'. Sem a gente saber o que era. E corria todo mundo. O que acontece? Nossas mães chegavam para a gente e diziam: 'Vocês não vão mais ficar na rua' [...].<sup>258</sup>

Os relatos daqueles que eram apenas crianças, à época, demonstram a proporção da repressão empreendida e, por conseguinte, parte das representações de imaginário construídas em torno do Capelão.

---

<sup>258</sup> Ibid., p. 380.

## CONCLUSÃO

O movimento civil-militar que derrubou o Presidente João Goulart foi proveniente de diversas articulações arquitetadas e executadas pela extensa rede do complexo IPES/IBAD e daqueles que, até aquele momento, detinham os poderes econômico e político e que enxergaram no aumento da representatividade das classes trabalhadoras e industriais, traduzida no aumento das greves e mobilizações de militância política, uma ameaça à sua hegemonia. Com o golpe, seus articuladores lograram a conservação dos interesses hegemônicos “em jogo” e o favorecimento do capital estrangeiro no País.

Em Feira de Santana, o panorama do pré-golpe foi marcado por disputas, sobretudo políticas, entre interesses partidários (que adentrava na esfera de conflitos entre famílias) e que teve na UDN local seu representante, que por sua vez, almejava retomar o poder municipal, perdido para o prefeito Francisco Pinto, legítimo representante das demandas populares.

Concretizado o ardil, o que se seguiu foi um quadro de perseguições políticas e civis, acompanhado de amplos discursos de modernização e urbanização, tanto no Brasil quanto na esfera local. Em Feira de Santana, onde tentativas de resistência ao golpe seriam sentidas, as perseguições foram postas em prática logo nos primeiros dias após o golpe e que objetivavam dirimir qualquer tipo de oposição ao novo *status quo*. Essas perseguições seriam direcionadas a movimentos de militância estudantil e política e a simpatizantes políticos de Chico Pinto. De um modo geral, foram praticadas pela Polícia Militar da cidade, em especial pelo Capelão Edmundo Juskevics, quando de sua permanência pela cidade.

Corroborado pelo novo regime arbitrário, Juskevics empreendeu uma repressão nos moldes do autoritarismo, ao perseguir de modo truculento jovens estudantes e militantes políticos que almejavam apenas uma melhora do quadro social, que eram tidos pelo policial como ameaça à família e à fé. O Capelão se identificou com a ditadura que defendeu, enxergando nela, o mecanismo de erradicação do mal do comunismo e propagação da bandeira do progresso e modernidade.

Por realizar “rondas” na cidade, prendendo e aterrorizando diversos sujeitos, pelo modo que agia, além de conduzir os homens casados de volta às suas residências, o Capelão foi imediatamente associado a uma imagem de “guardião da moral”, principalmente pelas esposas dos homens que eram por ele conduzidos, e de alguém que deveria ser temido e evitado, como no caso das crianças, que de forma precoce, visualizavam nele uma figura de terror, muitas

vezes associada à lendas folclóricas contadas pelos pais. Como resultado dessa “capa mística”, o Capelão teve sua imagem associada posteriormente ao imaginário do bicho, na literatura e na arte da azulejaria.

Como ficou evidente ao longo do trabalho, as diversas representações sobre o Capelão Edmundo Juskevics, com seu jeito particular e contraditório, estão ligadas à sua prática repressora na cidade, e acima de tudo, são derivados da relação de cada um desses indivíduos com o sujeito e sua atuação. Ficou nítido ainda, na apresentação dos diversos relatos, que em nome da moral e contra a “ameaça” do comunismo, de fato Juskevics foi o autor ou responsável por diversas atrocidades e/ou crimes de tortura (sobretudo psicológica) nos dois anos que permaneceu em Feira de Santana.

## REFERÊNCIAS

A FEIRA deve confiar nas Fôrças Armadas. **Folha do Norte**, ano 55, n. 2870, 25 abr. 1964. p. 1.

A MARCHA da Família Feirense com Deus pela Democracia: a Feira, unida, demonstrou o seu repúdio aos traidores da Pátria. **Folha do Norte**, ano 55, n. 2870, 25 abr. 1964. p. 1.

AFES, centro de subversão. **Folha do Norte**, ano 55, n. 2867, 4 abr. 1964. p. 1.

ALMEIDA, Diego Freitas Leite de. **Associação do Bicho da Feira/Capelão**. 20 jun. 2018. 1 fotografia, color., 20 cm x 15 cm.

BAHIA. Comissão Estadual da Verdade. **Relatório de atividades**: agosto 2013/abril 2016: volume 1. Salvador, [2016?]. Disponível em: <<http://www.comissaoestadualdaverdade-bahia.uneb.br/relatorios.html>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório de atividades**: agosto 2013/abril 2016: volume 2: íntegra dos depoimentos. Salvador, [2016?]. Disponível em: <<http://www.comissaoestadualdaverdade-bahia.uneb.br/relatorios.html>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

BRASIL. Atos Institucionais. **Portal da Legislação**. Brasília, [2017?]. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em: 05 out. 2016.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014. 3 v. Disponível em: <[http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=571](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571)>. Acesso em: 16 jun. 2018.

CABRAL, Muniz Sodre de Araujo. **Currículo Lattes**. 07 jun. 2018. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/5048383145015647>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

CÂMARA aprova Moções. **Folha do Norte**, ano 55, n. 2868, 11 abr. 1964. p. 1.

CAMPOS, Ricardo da Silva. **O Putsh na Feira**: sujeitos sociais, partidos políticos e política em Feira de Santana, 1959-1967. 2010. 87 f. Monografia (Graduação)- Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2010.

CAPELÃO da PM fala aos evangélicos. **Folha do Norte**, ano 55, n. 2876, 6 jul. 1964. p. 1.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

CHUVAS de Março. Direção: Johny Guimarães; Volney Menezes. Feira de Santana, 1999. 1 DVD (80 min), son., color. Documentário.

COELHO, Eurelino. Dois golpes, duas ditaduras. **História Revista**, v. 20, n. 1, p. 120-141, jan./abr. 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/39368/19959>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

COMO definir um comunista. **Folha do Norte**, ano 55, n. 2869, 18 abr. 1964.

CORRÊA, Diego Carvalho. **O futuro do passado**: uma cidade para o progresso e, o progresso para cidade em João Durval Carneiro (1967-1971). 2009.120 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.

COSTA E SILVA, Cândido. **Entrevista concedida a Diego Freitas Leite de Almeida**. Salvador, 03 dez. 2012.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. Quebra da casca do ovo: elite baiana e a obra do Golpe de 1964. In: FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. Observanordeste. **O Golpe de Estado de 1964 no Nordeste**. Recife: FUNDAJ, [2012?]. Disponível em: <[http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/observa\\_bahia\\_01.pdf](http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/observa_bahia_01.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2017.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

ENTREVISTA com Muniz Sodré. **A Pala re-vista**, Feira de Santana, ano 1, n. 1, p. 59-61, 2010.

FERNANDES, Ananda Simões. A coordenação repressiva entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). In: \_\_\_\_\_. PADRÓS, Enrique Serra (Org.). **Cone Sul em tempos de Ditadura**: reflexões e debates sobre a história recente. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p. 179-194.

FERREIRA, Muniz. O Golpe de Estado de 1964 na Bahia. **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 22, 2004. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/719>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

\_\_\_\_\_. **O grande irmão**: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina. Democracia & reformas: a conciliação frustrada. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 47-54.

FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas, a esquerda brasileira:** das ilusões perdidas a luta armada. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.

HISTÓRICO da Capelania Católica da Polícia Militar do Estado da Bahia. **Polícia Militar da Bahia**, Histórico. Salvador, 18 set. 2012. Disponível em: <[http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1595&Itemid=671](http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1595&Itemid=671)>. Acesso em: 18 jun. 2018.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos:** o breve século XX 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MACIEL, Dulce Portilho. Estado de Segurança Nacional e oposição armada: Brasil em tempos de trevas. **Revista História & Luta de Classes**, ano 7, n. 11, p. 38-43, maio 2011.

MARCHA com Deus pela Democracia. **Folha do Norte**, ano 55, n. 2868, 11 abr. 1964. p. 1.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**, v. 28, n. 55, p. 245-263, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882008000100012&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882008000100012&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 12 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. O sentido de classe do golpe de 1964 e da Ditadura: um debate historiográfico. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). **1964: 50 anos depois: a ditadura em debate**. Aracajú: EDISE, 2015. p. 35-84.

MELO, Demian Bezerra de. A miséria da historiografia. **Revista Outubro**, Rio de Janeiro, edição 14, 2006. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/a-miseria-da-historiografia/>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. **Revista História & Lutas de Classes: 1964 Golpe de Estado**, ano 10, n. 17, mar. 2014. Marechal Cândido Rondon.

\_\_\_\_\_. Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 157-188.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virgínia Maria. **História do Brasil recente, 1964-1980**. São Paulo: Ática, 1994.

MORAIS, Cledson José Ponce. **Um entrecruzar de historias, símbolos e estórias**: o cordel iconográfico de Lênio Braga. 2002. 229 f. Dissertação (Mestrado)- Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2002.

OLIVEIRA, Miguel Ribeiro de. **Entrevista concedida a Diego Freitas Leite de Almeida**. Feira de Santana, 11 nov. 2012.

PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. **Trabalho e costume de feirantes de alimentos**: pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990). 2009. Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA. Departamento de Pessoal. **Prontuários de Pessoal Desligados**. Salvador, [1960-1987]. Arquivo PM-BA, Departamento Pessoal. 1 bobina de microfilme, 19 microfichas, filme 36, flash 30.

PREFEITO levanta barricadas contra as forças da democracia. **Folha do Norte**, ano 55, n. 2867, 4 abr. 1964. p. 1.

QUEM até hoje não ouviu falar do Capelão? **Zé Coió Noite e Dia**, ano 4, n. 197, 16/22 ago. 2002. p. 6-7.

SANTANA, Ediane Lopes de. Campanha de desestabilização de Jango: as 'donas' saem às ruas! In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). **Ditadura militar na Bahia**: novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador: EDUFBA, 2009. v. 1, p. 13-30.

SANTANA, Juvenal Janaino de. **A Igreja Católica no cenário político da Princesa do Sertão (1962-1974)**. 2012. Monografia (Graduação)-Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

SANTOS, Ana Maria Fontes dos. O ginásio municipal no centro das lutas populares em Feira de Santana (1963-1964). **Sitientibus**: Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana, n. 24, p. 31-44, jan./jun. 2001.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; MELO, Demian; CALIL, Gilberto Grassi (Org.). **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.

SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

SILVA, Hugo Navarro. **Entrevista concedida a Diego Freitas Leite de Almeida**. Feira de Santana, 13 nov. 2012.

SILVA, Maria Carolina Silva Martins da. **Nas veredas dos discursos moralistas**: a honra das mulheres em Feira de Santana (1960-1979). 2009. 164 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOBRE o perigo do Comunismo na hora presente. **Folha do Norte**, ano 55, 6 jun. 1964. p. 2.

SODRÉ, Muniz. **O bicho que chegou a Feira**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

TANNOUS, Simão Alves. A imprensa baiana e a queda do regime constitucional de João Goulart (1963-1964). In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). **Ditadura Militar na Bahia: histórias de autoritarismo, conciliação e resistência**. Salvador: EDUFBA, 2014. v. 2, p. 11-32.

TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, Campinas, v. 10, n. 19, p. 27-48, 2004. Disponível em: <[https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/contador\\_revista\\_item.php?arquivo\\_pdf=arquivos\\_biblioteca/artigo104artigo2.pdf&idItem=104&nomeTabela=tb\\_artigos](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/contador_revista_item.php?arquivo_pdf=arquivos_biblioteca/artigo104artigo2.pdf&idItem=104&nomeTabela=tb_artigos)>. Acesso em: 10 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. A democracia populista golpeada. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). **Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. Salvador, EDUFBA, 2009. v. 1.

\_\_\_\_\_. **Ditadura Militar na Bahia: histórias de autoritarismo, conciliação e resistência**. Salvador: EDUFBA, 2014. v. 2.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. A cruz versus a espada: a resistência do CEAS durante a ditadura militar. In: \_\_\_\_\_. **Ditadura Militar na Bahia: histórias de autoritarismo, conciliação e resistência**. Salvador: EDUFBA, 2014. v. 2, p. 125-150.



## FONTES CONSULTADAS

### 1 FONTES IMPRESSAS

#### 1.1 Jornais

Arquivo do Jornal Folha do Norte (abril a julho de 1964).

Zé Coió Noite e Dia-16 a 22/ agosto de 2002. **Quem até hoje não ouviu falar do Capelão?** Biblioteca Setorial Casa do Sertão-UEFS.

### 2 FONTE LITERÁRIA

SODRÉ, Muniz. **O bicho que chegou a Feira**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

### 3 FONTE ICONOGRÁFICA

ALMEIDA, Diego Freitas Leite de. **Associação do Bicho da Feira/Capelão**. 20 jun. 2018, 20x15, color.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA. Departamento de Pessoal. **Prontuários de Pessoal Desligados**. Salvador, [1960-1987]. Arquivo PM-BA, Departamento Pessoal. 1 bobina de microfilme, 19 microfichas, filme 36, flash 30.

### 4 FONTES EM MEIO ELETRÔNICO

BAHIA. Comissão estadual da Verdade. **Relatório de atividades**: agosto 2013/abril 2016: volume 2: íntegra dos depoimentos. Salvador, [2016?]. Disponível em: <<http://www.comissaoestadualdaverdade-bahia.uneb.br/relatorios.html>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

### 5 FONTE AUDIOVISUAL

CHUVAS de Março. Direção: Johny Guimarães; Volney Menezes. Feira de Santana, 1999. 1 DVD (80 min), son., color. Documentário.

**6 ENTREVISTAS\***

<b>NOME</b>	<b>DATA DA ENTREVISTA</b>
Miguel Ribeiro de Oliveira	11 de novembro de 2012
Hugo Navarro Silva	13 de novembro de 2012
Cândido Costa e Silva	03 de dezembro de 2012

\* Entrevistas coletadas pelo autor.